



Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Aura Minerals Inc.

Demonstração Consolidada do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	21	3.221.711	2.080.537
Custo dos produtos vendidos	22	(1.849.471)	(1.449.973)
Lucro bruto		1.372.240	630.564
Despesas gerais e administrativas	23	(180.161)	(136.018)
Gastos com exploração	24	(76.676)	(58.889)
Mudança de estimativa provisão para fechamento e restauração de minas		7.763	-
Lucro operacional		1.123.166	435.657
Despesas financeiras	25	(808.723)	(245.144)
Outras (despesas) receitas		(6.765)	2.806
Lucro antes do imposto de renda		307.678	193.319
Imposto de renda corrente	16	(287.637)	(93.983)
Imposto de renda diferido	16	(169.008)	62.544
Imposto de renda corrente e diferido		(456.645)	(31.439)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(148.967)	161.880
(Prejuízo) / Lucro por ação (R\$):			
Básico	33	(2,06)	2.24
Diluído	33	(2,06)	2.23
Média ponderada das ações ordinárias em circulação:			
Básico	33	72.204.049	72.128.723
Diluído	33	72.204.049	72.605.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas .

Aura Minerals Inc.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(148.967)	161.880
<i>Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado</i>		
Mudança no valor justo do hedge fluxo de caixa, líquido de impostos	(20.269)	(4.645)
Resultado na conversão de moeda estrangeira de subsidiárias	4.998	(1.287)
Resultado na conversão de moeda estrangeira (CTA)	3.392	1.910
<i>Itens que não serão reclassificados para o resultado</i>		
Mudança no valo justo de investimentos	(1.988)	-
(Perda) ganho atuarial sobre benefícios pós emprego, líquido de impostos	(12.681)	4.367
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	(26.548)	345
Resultado abrangente do exercício	(175.515)	162.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas .

Aura Minerals Inc.

Demonstração Consolidada do Fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

Exercícios findos em	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício para atividades continuadas		(148.967)	161.880
Itens que ajustam o (prejuízo) / lucro do exercício	26(a)	1.646.166	513.655
Variações no capital de giro	26(b)	(54.755)	11.769
Impostos pagos		(97.432)	(68.917)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	26(c)	(130.830)	1.799
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.214.182	620.186
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado, líquido	11	(995.366)	(482.051)
Investimentos de curto prazo		31.965	3.112
Aquisição de investimento – Altamira Gold Corp	10	-	(10.734)
Aquisição de investimento – Bluestone Resources	10	(7.261)	-
Caixa advindo da aquisição de controlada incluída na consolidação	12	-	18.344
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(970.662)	(471.329)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Obtenção de empréstimos e debêntures	26(e)	1.798.105	881.982
Valor recebido do contrato de royalty (NSR)	15	-	104.024
Pagamento de empréstimos e debêntures	26(e)	(1.048.750)	(328.984)
Liquidação de swap		9.313	66.882
Taxa de derivativos	25	(70.488)	-
Juros de empréstimos e debêntures pagos	26(e)	(192.313)	(127.663)
Pagamento de passivo de royalty (NSR)		(13.861)	-
Pagamento do principal e juros de passivos de arrendamento	19(b)	(92.436)	(64.849)
Pagamento de outros passivos	19(a)	(8.678)	(7.208)
Pagamento de dividendos	30	(233.384)	(136.113)
Recompra de ações	20	(74.057)	-
Valor recebido pelo exercício de opções de ações		1.047	1.134
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		74.498	389.205
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		318.018	538.062
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		206.257	(56.597)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.148.816	667.351
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.673.091	1.148.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Aura Minerals Inc.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	1.673.091	1.148.816
Contas a receber	7	98.055	85.323
Imposto de valor adicionado e outros impostos a recuperar	8	123.233	207.208
Estoques	9	358.800	226.113
Instrumento financeiro derivativo	28	-	53.879
Outras contas a receber e outros ativos	10	157.700	113.218
Total circulante		2.410.879	1.834.557
Não circulante			
Imposto de valor adicionado e outros impostos a recuperar	8	251.383	78.894
Estoques	9	120.044	43.460
Outras contas a receber e outros ativos	10	30.608	20.494
Imobilizado	11	3.782.158	2.366.103
Imposto diferido	16	94.234	129.001
Total não circulante		4.278.427	2.637.952
Total ativo		6.689.306	4.472.509
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	607.260	447.888
Instrumento financeiro derivativos	28	119.524	-
Empréstimos e debêntures	14	507.812	401.174
Contas a pagar mensurado a valor justo	15	20.819	10.167
Impostos a pagar	16	195.788	24.917
Outros passivos	19	87.869	71.511
		1.539.072	955.657
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda	5	17.072	19.786
Total circulante		1.556.144	975.443
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	14	2.236.021	1.213.830
Contas a pagar mensurado a valor justo	15	89.089	91.501
Instrumento financeiro derivativos	28	744.240	208.825
Imposto diferido	16	195.571	42.158
Provisão para fechamento e restauração de minas	17	313.163	235.902
Outras provisões	18	106.161	61.175
Outros passivos	19	68.313	119.624
Total não circulante		3.752.558	1.973.015
Patrimônio Líquido	20		
Capital social		3.710.426	3.174.019
Ágio na subscrição de ações		344.267	268.586
Outros resultados abrangentes		(4.477)	25.073
Prejuízos acumulados		(2.669.612)	(1.943.627)
Total patrimônio líquido		1.380.604	1.524.051
Total passivo e patrimônio líquido		6.689.306	4.472.509

Aprovado em nome do Conselho de Administração:

“Stephen Keith”

Stephen Keith, Diretor

“Rodrigo Barbosa”

Rodrigo Barbosa, Presidente, CEO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Aura Minerals Inc.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	72.237.003	3.174.019	268.586	25.073	(1.943.627)	1.524.051
Exercício das opções	279.460	1.620	-	-	-	1.620
Opções de ações emitidas	-	-	731	-	-	731
Cancelamento de ações em tesouraria	(116.968)	(82.733)	-	-	-	(82.733)
Mudança no valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido do imposto	-	-	-	(23.134)	-	(23.134)
Ganho na conversão de subsidiárias	-	-	-	(2.991)	-	(2.991)
Mudança no valor justo de investimentos	-	-	-	(2.551)	-	(2.551)
(Perda) atuarial sobre o passivo por indenização, líquido de impostos	-	-	-	(7.870)	-	(7.870)
(Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(148.967)	(148.967)
Dividendos (nota 29)	-	-	-	-	(264.368)	(264.368)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	-	617.520	74.950	6.996	(312.650)	386.816
Em 31 de dezembro de 2024	72.399.495	3.710.426	344.267	(4.477)	(2.669.612)	1.380.604

	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	71.946.956	3.193.102	288.466	24.728	(1.888.145)	1.618.151
Exercício das opções	290.047	1.569	(460)	-	-	1.109
Opções de ações emitidas	-	-	1.390	-	-	1.390
Mudança no valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido do imposto	-	-	-	(4.645)	-	(4.645)
Mudança no valor justo de investimentos	-	-	-	-	-	-
Ganho na conversão de subsidiárias	-	-	-	(1.287)	-	(1.287)
Ganho atuarial sobre o passivo por indenização, líquido de impostos	-	-	-	4.367	-	4.367
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	161.880	161.880
Dividendos (nota 29)	-	-	-	-	(136.113)	(136.113)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	-	(20.652)	(20.810)	1.910	(81.249)	(120.801)
Em 31 de dezembro de 2023	72.237.003	3.174.019	268.586	25.073	(1.943.627)	1.524.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Aura Minerals Inc. (“Aura Minerals”, “Aura” ou “Companhia”) é uma Companhia de produção de ouro e cobre focada na operação e no desenvolvimento de propriedades de mineração nas Américas.

A Aura Minerals Inc. é uma Companhia de capital aberto, cujas ações ordinárias são negociadas na Bolsa de Valores de Toronto (sob o código: ORA) e BRD’s (Brazilian Depositary Receipts), cada uma representando uma ação ordinária, na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 – Brasil, Bolsa Balcão (Símbolo: AURA33). Suas ações ordinárias também são negociadas no OTCQX Best Market (Símbolo: ORAAF). Aura é incorporada sob a Lei das Ilhas Virgens Britânicas (*BVI Business Companies Act, 2004*). A sede da Aura está localizada em Craigmuir Chambers, Road Town, Tortola VG1110, Ilhas Virgens Britânicas. Aura mantém uma sede administrativa através da sua subsidiária Aura Technical Services Inc., na 255 Giralda Ave, Suite 6W102, Coral Gables, FL, 33134, Estados Unidos da América.

O acionista majoritário da Aura é a Northwestern Enterprises Ltd (“Northwestern”), uma empresa de propriedade do Presidente do Conselho de Administração da Companhia (o “Conselho”).

Estas demonstrações financeiras consolidadas (as “demonstrações financeiras”) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (emitidas pelo International Financial Reporting Standards Board (“IFRS accounting Standards”).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, usando o custo histórico, exceto pelos ativos e passivos mensurados aos valores reavaliados ou ao valor justo no final de cada período de relatório, conforme explicado na Nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis.

A moeda funcional da Companhia e da maioria de suas controladas é o dólar dos Estados Unidos (“dólar dos EUA” ou “US\$”), exceto para diversas empresas de serviços no México que possuem moeda funcional em Pesos Mexicanos (“pesos mexicanos” ou “Mex\$”) e algumas subsidiárias no Brasil em Reais (“reais” ou “R\$”), respectivamente. Todos os valores nas demonstrações financeiras consolidadas são arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Companhia e de todas as entidades sobre as quais detém controle. Todos os saldos, transações, receitas, despesas, lucros e perdas entre as empresas, incluindo ganhos e perdas não realizadas, foram eliminados na consolidação. A Companhia consolida suas investidas quando tem a capacidade de exercer controle.

O controle de uma entidade é definido para existir quando a Companhia está exposta a retornos variáveis do envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder sobre a entidade. Especificamente, a Companhia controla uma entidade se, e somente se, todos os elementos a seguir estiverem presentes: 1) poder sobre a entidade (ou seja, direitos existentes que dão à Companhia a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da entidade); 2) exposição, ou direitos, a retornos variáveis do envolvimento com a entidade; e 3) e a capacidade de usar o poder sobre a entidade para afetar seus retornos.

As subsidiárias operacionais da Companhia e as subsidiárias com projetos em fase de construção ou exploração, são:

- Minerales de Occidente, S.A. (Honduras) (“Minosa”)
 - Mina de ouro a céu aberto de San Andres em Honduras (a “Mina de Minosa”)
- Mineração Apoena S.A. (Brasil) (“Apoena”) localizada no estado do Mato Grosso, Brasil
 - Mina de ouro a céu aberto de Ernesto (a “Mina de Ernesto”)
 - Mina de ouro a céu aberto de Japonês no Brasil (a “Mina Japonês”)
 - Mina de ouro a céu aberto de Lavrinha no Brasil (a “Mina de Lavrinha”)
 - Mina de ouro a céu aberto de Nosde no Brasil (a “Mina de Nosde”)
 - Mina de ouro subterrânea de Pau-a-Pique (a “Mina de Pau-a-Pique”) – Em cuidados e manutenção
 - Mina de ouro a céu aberto de São Francisco (a “Mina de São Francisco”) – Em cuidados e manutenção
- Aranzazu Holding S.A. de C.V. (Mexico) (“Aranzazu”)
 - Mina subterrânea de Aranzazu no México (a “Mina de Aranzazu”), que produz concentrado de cobre
- Aura Almas Mineração S.A. (“Almas”)
 - Projeto de ouro de Almas no Brasil (a “Mina de Almas”). Mina de ouro a céu aberto localizada no estado de Tocantins, Brasil

- Cascar do Brasil Mineração Ltda. (“Cascar”)
 - Projeto de ouro de Borborema (“Borborema”). Projeto de ouro localizado no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, atualmente em construção.
- Aura Matupá Mineração Ltda. (“Matupá”)
 - Projeto de ouro de Matupá localizado no estado do Mato Grosso, Brasil
- Aura Toldafria Ltda. Colômbia (“Toldafria”)
 - Projeto de ouro de Tolda Fria localizado no estado de Caldas, Colômbia
- Aura Carajás Mineração Ltda. (“Projeto de Carajás”)
 - Projeto de cobre, Carajás localizado no estado do Pará, Brasil

(b) Divulgação por segmento

Um segmento operacional é um componente de uma entidade (i) que se dedica a atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com outros componentes da mesma entidade), (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e avaliar seu desempenho, e (iii) para os quais informações financeiras discretas estão disponíveis. Os segmentos operacionais da Companhia são identificados como: Mina de Minosa, Mina de Apoena, Mina de Aranzazu, Mina de Almas e Projetos (Matupá, Tolda Fria, Borborema e Carajás e Corporativo).

(c) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades da Companhia são mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário em que a entidade opera (a 'moeda funcional'). Estas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em dólares americanos, que também é a moeda funcional das subsidiárias com operações de mineração e funções corporativas.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são traduzidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do pagamento dessas transações e da conversão, ao final do período, dos ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos nas demonstrações consolidadas de resultados.

Tradução dos resultados das subsidiárias para a moeda de apresentação

Os resultados e a posição financeira de todas as subsidiárias da Companhia com moedas funcionais diferentes da moeda de apresentação (nenhuma das quais possui a moeda de uma economia hiperinflacionária), principalmente subsidiárias de serviços e outras entidades não operacionais, são traduzidos para a moeda de apresentação da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada demonstração da posição financeira apresentada são traduzidos pela taxa de câmbio de fechamento na data da demonstração da posição financeira;
- Receitas e despesas de cada demonstração de resultado são traduzidas pela taxa média de câmbio trimestral, a menos que a média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas prevalentes nas datas das transações, caso em que as receitas e despesas são traduzidas pela taxa das datas das transações; e
- Todas as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no outro resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças cambiais decorrentes da tradução do investimento líquido em entidades estrangeiras são reconhecidas no outro resultado abrangente. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração de resultado como parte do ganho ou perda na venda de investimentos.

(d) Reconhecimento de receita

A Companhia aplica a seguinte abordagem de cinco etapas no reconhecimento de receita de contratos com clientes:

- Identificar o contrato executável com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho separadas no contrato da transferência do bem ou serviço distinto;
- Determinar o preço da transação para consideração da transferência do bem ou serviço;
- Alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho separadas identificadas; e
- Reconhecer a receita quando cada obrigação de desempenho separada for satisfeita.

A receita de venda de ouro da Companhia é reconhecida na data em que o controle da mercadoria passa para o comprador. Devido as diversas condições de embarque associadas às vendas da Companhia, a receita poderá ser reconhecida na data em que a titularidade passa para o comprador, o que geralmente ocorre em várias etapas: (i) quando o ouro está disponível no porto de embarque; ou (ii) quando o ouro sai da refinaria para o cliente final.

Nos termos dos contratos de venda de concentrados de ouro e cobre com empresas de refino independentes, os preços de venda dos concentrados de cobre e ouro são fixados provisoriamente em uma data futura especificada após o embarque, com base nos preços de mercado. A Companhia registra as receitas desses contratos no momento do embarque, que é também quando o risco e os benefícios da propriedade são transferidos para as empresas de refino, usando preços de mercado de ouro e concentrado de cobre na data prevista em que os preços finais de venda serão determinados. As variações entre o preço registrado na data do embarque e o preço final definido nos contratos são classificadas como ajustes provisórios de preços e incluídas na receita na demonstração consolidada do resultado e apresentadas separadamente na nota 21 destas demonstrações financeiras consolidadas.

(e) Tributação

A despesa com impostos compreende despesas com impostos correntes e diferidos do exercício. A despesa tributária é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto na medida em que se relaciona com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente é o imposto esperado a ser pago sobre a receita tributável do ano, calculado utilizando as taxas (e leis) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data das demonstrações consolidadas da posição financeira nos países onde a Companhia opera. Inclui ajustes para impostos esperados a serem pagos ou recuperados em relação a períodos anteriores. A administração avalia periodicamente as posições adotadas nas declarações fiscais em relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretação e considera se é provável que uma autoridade fiscal aceite um tratamento fiscal incerto. A Companhia mensura seus saldos fiscais com base no valor mais provável ou no valor esperado, dependendo de qual método oferece uma melhor previsão da resolução da incerteza.

A despesa de imposto de renda inclui o custo dos impostos especiais sobre a mineração a serem pagos aos governos, que são calculados com base em uma porcentagem do lucro tributável ajustado, sendo que o lucro tributável representa o lucro líquido ajustado por certos itens definidos na legislação aplicável.

O imposto de renda diferido é reconhecido, utilizando o método do passivo, sobre as diferenças temporárias que surgem entre a base tributária dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o imposto de renda diferido não é contabilizado se surgir do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da transação, não afete nem o lucro ou prejuízo contábil nem o lucro ou prejuízo tributável. O imposto de renda diferido é determinado utilizando as taxas de impostos (e leis) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data da demonstração da posição financeira consolidada e que se espera que se apliquem quando os respectivos ativos e passivos de imposto de renda diferido forem liquidados. Ativos e passivos de imposto de renda diferido são compensados quando existe um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos de imposto de renda diferido se referem a impostos sobre a renda cobrados pela mesma autoridade tributária. Os ativos de imposto diferido são reconhecidos somente se for provável que montantes tributáveis futuros estarão disponíveis para reconhecer essas diferenças temporárias e perdas.

(f) Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento do arrendamento é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado no resultado durante o período do leasing, de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear durante o menor período de vida útil do ativo e o prazo do arrendamento. Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos do arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos do arrendamento:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos in-substance), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- Pagamentos de arrendamento variáveis que são baseados em um índice ou uma taxa;
- Valores previstos a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário tiver certeza razoável de que irá exercer essa opção; e
- Pagamentos de penalidades por rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário que exerce essa opção.

Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser determinada, será utilizada a taxa de empréstimo incremental do locatário, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar para adquirir empréstimos de fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante em um ambiente econômico semelhante, com termos e condições semelhantes. Os ativos de direito de uso são medidos pelo custo que compreende o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo do arrendamento;
- Qualquer pagamento de arrendamento feito na data de início ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração.

(g) Redução ao valor recuperável e reversão da redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos de longa duração são testados quanto à redução do valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda ao valor recuperável é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de alienação e o valor em uso. Para efeitos de avaliação da perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente e que são independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram por redução ao valor recuperável são revisados para possível reversão da perda por redução ao valor recuperável no final de cada fechamento contábil. O valor da reversão não deve ser superior ao seu valor recuperável e ao valor contábil que seria determinado caso não tivesse sido reconhecida uma perda.

(h) Estoques

O estoque de produtos acabados e o estoque em processo, que inclui a plataforma de lixiviação e o estoque de minério, são avaliados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O estoque de produtos acabados consiste em produtos acabados de ouro e metais em concentrado. O estoque em processo representa o estoque em circulação nas plantas de processo da Companhia e nas plataformas de lixiviação. O estoque de pilhas representa minério empilhado em plataformas de lixiviação e em pilhas de estoque. O custo dos estoques de produtos em processo e acabados inclui custos de mineração, mão de obra direta, materiais e suprimentos operacionais, despesas aplicáveis de transporte e uma parte aplicável das despesas gerais operacionais, incluindo depreciação. O valor realizável líquido é o preço de venda esperado do produto acabado menos os custos estimados para colocar o produto na forma vendável e no local de venda.

O estoque de peças e suprimentos consiste em consumíveis e é avaliado pelo custo médio ponderado.

Para o estoque que foi reduzido ao valor realizável líquido, se as avaliações subsequentes concluírem que as circunstâncias que causaram a redução não existem mais ou quando houver evidências claras de um aumento no valor realizável líquido devido a uma mudança nas circunstâncias econômicas, a redução é revertida apropriadamente, limitado ao valor do custo ou valor realizável líquido.

(i) Imobilizado

As instalações e equipamentos são originalmente registrados pelo custo no momento da construção, compra ou aquisição, e são posteriormente medidos pelo custo menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui todos os custos necessários para trazer o item para seu uso pretendido pela Companhia.

Os custos incorridos com grandes revisões de equipamentos existentes são capitalizados como instalações e equipamentos e estão sujeitos à depreciação assim que forem comissionados. Os custos de manutenção e reparos de rotina são contabilizados como despesas conforme incorridos.

Os ativos em construção são capitalizados até que o ativo esteja disponível para uso. O custo do ativo em construção compreende seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em condições de funcionamento para seu uso pretendido. Os valores dos ativos em construção são apresentados como um ativo separado dentro do ativo imobilizado. Os ativos em construção não são depreciados e a depreciação começa quando o ativo está completo e disponível para uso.

Os itens de propriedades, planta e equipamento são inicialmente reconhecidos pelo custo no momento da construção, compra ou aquisição, e são posteriormente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e perdas por imparidade. O custo inclui todos os gastos necessários para colocar o item em seu uso pretendido pela Companhia.

Amortização e depreciação

As instalações e equipamentos são amortizados pelo método linear ou unidades de produção ao longo da vida da mina, ou ao longo da vida útil remanescente do ativo, se menor. Terrenos não são amortizados. As seguintes taxas de depreciação são utilizadas pela Companhia:

Classe principal de ativos	Método de Depreciação	Taxa de depreciação
Veículos	Linear	3-5 anos
Maquinaria e equipamento	Linear/ Unidade de Produção	2-10 anos
Equipamento móvel de mineração	Linear/ Unidade de Produção	4-8 anos
Móveis e acessórios	Linear/ Unidade de Produção	4-10 anos
Edifícios	Linear/ Unidade de Produção	4-10 anos
Planta	Linear/ Unidade de Produção	4-10 anos

Os valores residuais e a vida útil são revisados anualmente e ajustados, se necessário, prospectivamente.

Uma vez que uma operação de mineração atinge a produção comercial, os gastos com propriedade mineral capitalizados são amortizados com base na unidade de produção ("UOP"), em que o denominador são as reservas minerais provadas e prováveis e uma parte dos recursos minerais medidos e indicados que são razoavelmente esperados a ser convertido em reservas minerais comprovadas e prováveis.

Direitos minerários

Os direitos minerais representam gastos capitalizados relacionados com o desenvolvimento de propriedades mineiras, gastos decorrentes de aquisições de propriedades e instalações e equipamentos relacionados. Na alienação ou abandono, os valores contábeis dos direitos minerais são baixados e quaisquer ganhos ou perdas associadas são reconhecidos no resultado líquido.

Exploração e avaliação

Os gastos com exploração são os custos incorridos na busca inicial por depósitos minerais com potencial econômico ou no processo de obtenção de mais informações sobre depósitos minerais existentes. Os gastos com exploração geralmente incluem custos associados à prospecção, amostragem, mapeamento, perfuração e outros trabalhos envolvidos na busca por minério.

Os gastos com avaliação são os custos incorridos para estabelecer a viabilidade técnica e comercial do desenvolvimento de depósitos minerais identificados por meio de atividades de exploração ou por aquisição.

Os gastos com exploração e avaliação são reconhecidos como despesa à medida que são incorridos, a menos que a administração determine que benefícios econômicos futuros prováveis serão gerados como resultado desses gastos. De acordo com a política da Companhia, uma vez que a viabilidade técnica e comercial de um projeto tenha sido demonstrada por meio de um estudo de previsibilidade, a Companhia contabiliza os gastos futuros incorridos no desenvolvimento desse projeto como propriedades minerais.

Etapa de produção comercial

Uma mina em construção está determinada a entrar na fase de produção comercial quando o projeto estiver no local e nas condições necessárias para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Usamos os seguintes fatores para avaliar se estes critérios foram cumpridos: (1) o nível de gastos de capital em comparação com as estimativas de custo de construção; (2) a conclusão de um período razoável de testes da planta e equipamentos da mina; (3) a capacidade de produzir minerais em forma vendável (dentro das especificações); e (4) a capacidade de sustentar a produção contínua de minerais.

De acordo com a política contábil da Companhia, quando um projeto de construção de mina entra na fase de produção comercial, a capitalização de certos custos de construção da mina cessa, e os custos são ou capitalizados no estoque ou reconhecidos como despesa, exceto pelos custos capitalizáveis relacionados a aquisições ou melhorias de propriedade, planta e equipamentos, atividades de remoção de estéril em minas a céu aberto que proporcionem um benefício futuro, desenvolvimento de mina subterrânea ou gastos que atendam aos critérios para capitalização. A Companhia reconhece a receita da venda de minerais vendidos durante a fase de desenvolvimento de suas minas e o custo de produção desses minerais na demonstração consolidada de resultado.

Propriedades minerais

Propriedades minerais geralmente consistem no seguinte: o valor justo atribuível às reservas minerais e recursos adquiridos em uma combinação de negócios ou aquisição de ativos; custos de exploração e avaliação capitalizados; custos de desenvolvimento de mina subterrânea; custos de desenvolvimento de mina a céu aberto e juros capitalizados.

Propriedades minerais adquiridas por meio de combinações de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. O valor justo é uma estimativa das reservas minerais comprovadas e prováveis, recursos minerais e potencial exploratório atribuíveis à propriedade. O valor justo estimado atribuível às reservas minerais e a parte dos recursos minerais considerada provável de extração econômica no momento da aquisição é depreciado em uma base de unidades de produção ("UOP") em que o denominador são as reservas prováveis e comprovadas e a parcela de recursos minerais considerada provável de extração econômica. O valor justo estimado atribuível aos recursos minerais que não são considerados prováveis de extração econômica no momento da aquisição não está sujeito à depreciação até que os recursos se tornem prováveis de extração econômica no futuro.

Nas operações de mineração subterrânea da Companhia, os custos de desenvolvimento são incorridos para construir novos poços, galerias e rampas que permitirão à Companhia acessar fisicamente o minério no subsolo. O tempo durante o qual a Companhia continuará a incorrer nesses custos depende da vida útil da mina. Esses custos de desenvolvimento subterrâneo são capitalizados conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento subterrâneo capitalizados são depreciados em uma base UOP, em que o denominador é a estimativa de onças / libras de ouro / cobre em reservas, provadas e prováveis, e, a parte dos recursos baseada no plano atual de vida da mina ("LOM"), que se beneficia do desenvolvimento e é considerada provável de extração econômica.

Nas operações de mineração a céu aberto da Companhia, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o corpo de minério do qual os minerais podem ser extraídos economicamente. O processo de mineração de estéril e resíduos é conhecido como "decapagem". Os custos de decapagem que são incorridos para fornecer acesso inicial ao corpo de minério (referido como decapagem de pré-produção) são capitalizados como custos de desenvolvimento de mina a céu aberto. Os custos de remoção incorridos durante a fase de produção de uma cava são contabilizados como custos dos estoques produzidos durante o período relevante. Esses custos são capitalizados na medida em que se relacionam com benefícios futuros antecipados e representam uma melhoria. A remoção de estéril que se relaciona com as atividades de produção atuais e não dá origem a um benefício futuro é contabilizada como custo de produção no período em que é incorrida e é incluída no custo dos estoques.

Os custos de desenvolvimento de mina a céu aberto capitalizados são depreciados com base no UOP, em que o denominador é a estimativa de onças / libras de ouro / cobre em reservas, provadas e prováveis, e, a parte dos recursos baseada no plano atual de vida da mina ("LOM"), que se beneficia do desenvolvimento e é considerada provável de extração econômica.

(j) Aquisição de ativo

Se a aquisição de um ativo ou grupo de ativos não atender à definição de um negócio, a transação é tratada como uma aquisição de ativo. A aquisição de um ativo desencadeia o reconhecimento inicial dos ativos adquiridos e pode incluir passivos assumidos, podendo envolver ou não a aquisição de uma ou mais entidades jurídicas, sendo geralmente realizada por meio de uma transação de troca, que pode ser uma troca monetária ou não monetária.

A Companhia reconhece a aquisição de ativos utilizando remensurando a participação societária anteriormente detida para o valor justo na data em que a Companhia obtém o controle e reconhece qualquer ganho ou perda resultante no resultado do exercício ou OCI, conforme apropriado.

(k) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos de um ativo qualificável (ou seja, um ativo que necessariamente leva um período de tempo substancial para ficar pronto para o uso pretendido) são capitalizados como parte do custo do ativo. A capitalização dos custos de empréstimos começa quando os custos são incorridos e as atividades são realizadas para preparar o ativo para o uso pretendido e cessa quando o ativo está substancialmente concluído ou comissionado para uso. Uma vez que o ativo identificado esteja substancialmente concluído, os custos de empréstimos atribuíveis são amortizados ao longo da vida útil do ativo relacionado, que geralmente é classificado como parte do imobilizado. Todos os demais custos de empréstimos são contabilizados como despesa no período em que ocorrem.

(l) Royalties

Algumas das propriedades do Grupo estão sujeitas a acordos de royalties com base na produção mineral nas propriedades. O principal tipo de royalty é um retorno líquido da fundição (NSR). Sob este tipo de royalty, a Companhia paga ao detentor um valor calculado como a porcentagem de royalty multiplicada pelo valor da produção de ouro a preços de mercado menos os custos de fundição, refino e transporte de terceiros. As despesas de royalties são registradas na conclusão do processo de produção ou venda no custo de vendas.

(m) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“OCI”), ou valor justo por meio do resultado.

A classificação de ativos financeiros no reconhecimento inicial que são instrumentos de dívida depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Com exceção das contas a receber de clientes, que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não pelo valor justo, por meio lucros ou perdas, custos de transação. As contas a receber de clientes que não contenham componente significativo de financiamento ou para as quais a Companhia tenha aplicado expediente prático para os contratos com vencimento em até um ano ou menos, são mensuradas pelo preço da transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou valor justo por meio de OCI, ele precisa gerar fluxos de caixa que são “somente pagamentos de principal e juros (SPPI)” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é conhecida como teste SPPI e é realizada no nível do instrumento. Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não são SPPI são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros a valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados a valor justo por meio de OCI sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados após reconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perda.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo método da taxa de juros efetiva (EIR) e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os juros recebidos são reconhecidos como parte das receitas financeiras na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou deteriorado.

Os ativos financeiros da Companhia a custo amortizado incluem:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Contas a receber de clientes, e
- Outros créditos.

Contas a receber, exceto aqueles com preços provisionados e outras contas a receber, são valores devidos de clientes e outros no curso normal dos negócios. Se a expectativa de recebimento for igual ou inferior a um ano, são classificados no ativo circulante; caso contrário, são apresentados como ativo não circulante e descontados adequadamente. Adicionalmente, contas a receber e outros recebíveis são valorizados, conforme IFRS 9, ao custo amortizado.

Contas a receber de clientes e outros são valores devidos pelos clientes e outros no curso normal dos negócios. Se a cobrança for esperada em um ano ou menos, eles são classificados como ativos circulantes; se não, são apresentados como ativos não circulantes e descontados, conforme o caso. Além disso, as contas a receber comerciais e outras são avaliadas, de acordo com a IFRS 9, ao custo amortizado.

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidos pelo valor justo. A Companhia detém as contas a receber de clientes com o objetivo de cobrar os fluxos de caixa contratuais e, portanto, mensura-os posteriormente ao custo amortizado usando o método de taxa de juros efetivos. A Companhia observa que tais contas a receber surgem quando o minério que foi produzido é enviado ao comprador de acordo com o acordo aplicável. A Companhia não reconhece quaisquer recebíveis relacionados ao minério que seja estimado ou que ainda não tenha sido produzido.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação (por exemplo, instrumentos derivativos), ativos financeiros designados no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado (por exemplo, instrumentos de dívida ou patrimônio), ou ativos financeiros obrigatoriamente exigidos para serem medidos pelo valor justo (ou seja, onde eles falham no teste de SPPI). A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Em vez disso, os ativos financeiros da Companhia pelo valor justo por meio do lucro ou prejuízo incluem:

- Instrumentos financeiros derivativos, e
- Contas a receber (outros recebíveis)

O teste SPPI para ativos financeiros é aplicável ao contas a receber de clientes da Companhia (sujeito a preços provisórios). Estes valores a receber referem-se a contratos de venda em que o preço de venda é determinado após a entrega ao cliente, com base no preço de mercado ao preço cotado relevante estipulado no contrato. Essa exposição ao preço da commodity faz com que essas contas a receber não passem no teste de SPPI. Como resultado, essas contas a receber são mensuradas pelo valor justo através do lucro ou prejuízo a partir da data de reconhecimento da venda correspondente, com os movimentos subsequentes sendo reconhecidos em 'receita' nas contas a receber comerciais com preço provisório na demonstração consolidada de resultado (perda).

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial consolidado a valor justo, com as variações líquidas no valor justo reconhecidas no resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é principalmente desconhecido (ou seja, removido da demonstração consolidada da posição financeira da Companhia) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na íntegra, sem atrasos materiais, a um terceiro sob um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há uma expectativa razoável de recuperar os fluxos de caixa contratuais e geralmente ocorre quando está vencido há mais de um ano e não está sujeito a atividades de execução.

Em cada data de reporte, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado estão com crédito deteriorado. Um ativo financeiro é considerado com crédito deteriorado quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorreram.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge eficaz, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem:

- Contas a pagar;
- Empréstimos e debêntures;
- Contas a pagar mensurado ao valor justo
- Instrumentos financeiros derivativos; e
- Outros passivos.

As contas a pagar a fornecedores representam passivos por bens e serviços fornecidos para Companhia antes do final do exercício financeiro que não foram pagos. Os valores não são garantidos e geralmente são pagos em até 30 dias após o reconhecimento. Contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são apresentadas como passivo circulante, a menos que o pagamento não seja devido em até 12 meses após o período de relatório. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos.

Os empréstimos e debêntures são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor recebido (líquido dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida no resultado ao longo do período do empréstimo, utilizando o método do juro efetivo. As taxas pagas no estabelecimento de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação do empréstimo na medida em que seja provável que parte ou a totalidade do empréstimo seja utilizado. Nesse caso, a taxa é diferida até que ocorra o saque. Na medida em que não haja evidências de que seja provável que parte ou a totalidade do empréstimo seja utilizado, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se refere.

Os empréstimos e debêntures são desreconhecidos do balanço patrimonial quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil de um passivo financeiro que foi extinto ou transferido para outra parte e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado como outras receitas ou despesas financeiras.

A Companhia possui um empréstimo que contém um derivativo embutido que é um componente de um contrato híbrido que também inclui um contrato principal não derivativo. Este derivativo embutido faz com que a taxa de juros seja modificada de acordo com o preço da commodity. A Companhia registra este empréstimo como um derivado embutido que requer bifurcação do contrato principal e está sujeito a re-mensuração em períodos subsequentes com variação do justo valor registrado na demonstração do resultado.

A Companhia possui um contrato que foi reconhecido como um passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado. Este passivo financeiro contém múltiplos derivativos embutidos que modificam significativamente os fluxos de caixa que seriam exigidos pelo contrato e seria contabilizado separadamente caso a opção de valor justo não fosse eleita. Como consequência, a Companhia designou-o como valor justo por meio do resultado.

O componente das mudanças no valor justo relacionado ao risco de crédito da Companhia é reconhecido no outro resultado abrangente. Os valores registrados no em outros resultados abrangentes relacionados ao risco de crédito não estão sujeitos a contabilização no resultado do exercício e serão transferidos para o resultado apenas quando realizados. As mudanças no valor justo relacionadas ao risco de mercado são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia determina o montante das alterações no justo valor que são atribuíveis ao risco de crédito, determinando primeiro as alterações devidas às condições de mercado que dão origem ao risco de mercado e, em seguida, deduzindo essas alterações da alteração total no justo valor do instrumento.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como:

- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo);
- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

Na data de designação do hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens cobertos, incluindo se as mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens cobertos. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para realizar suas transações de hedge.

Nestes demonstrativos financeiros consolidados, a Companhia adotou a contabilidade de hedge para hedge de fluxo de caixa, não existindo outros tipos de contabilidade de hedge.

Os valores justos dos diversos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge estão divulgados na Nota 27(a).

(a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas)".

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue:

- Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

iv. Inefetividade do hedge

A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

A Companhia contrata swaps de taxa de juros com prazos similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência.

A inefetividade do hedge de swaps de taxa de juros pode ocorrer devido:

- Ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e
- Diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos.

(n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou construtiva) em decorrência de um evento passado, é provável que um desembolso de recursos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita sobre o valor da obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação presente no final do período de reporte. Se o efeito do valor do tempo do dinheiro for material, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do tempo do dinheiro e, quando apropriado, os riscos específicos da responsabilidade. Quando o desconto é utilizado, o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, se estimáveis e prováveis, e são divulgados em notas às informações financeiras, a menos que a sua ocorrência seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, a menos que o influxo do benefício econômico seja praticamente certo, mas são divulgados nas notas explicativas se sua recuperação for provável.

(o) Fechamento e restauração de mina

As provisões para fechamento e restauração de mina são feitas em relação aos custos futuros estimados de fechamento e restauração e para custos de reabilitação ambiental (que incluem custos como desmontagem e demolição de infraestrutura, remoção de materiais residuais e remediação de áreas perturbadas) no período contábil quando ocorre a perturbação ambiental relacionada. A provisão é descontada a uma taxa antes dos impostos e o acréscimo é incluído nas despesas financeiras. No momento da constituição da provisão, o valor presente líquido da obrigação é capitalizado como parte do custo das propriedades minerais. A provisão é revisada anualmente para verificar mudanças nas estimativas de custos, taxas de desconto, inflação e data de desembolso. O valor presente líquido das mudanças nas estimativas de custo do fechamento da mina e obrigações de restauração são capitalizados nas propriedades minerais.

As atividades de restauração ocorrerão principalmente no fechamento de uma mina, mas podem ocorrer de tempos em tempos durante a vida da mina. À medida que os projetos de restauração são realizados, seus custos são debitados à provisão à medida que os custos são incorridos.

(p) Benefícios de funcionários a longo prazo

Certos benefícios de longo prazo a empregados são especificamente pagos quando o emprego é rescindido. Os custos esperados desses benefícios são provisionados no período da contratação. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes de experiência e mudanças nas premissas atuariais são debitados ou creditados a outras perdas abrangentes no período em que ocorrem. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes qualificados.

(q) Pagamentos baseados em ações

O valor justo dos serviços do empregado recebidos em troca da concessão de opções de ações ou outros planos de pagamentos com base em ações é reconhecido como uma despesa durante o período de aquisição. O valor total a ser debitado ao longo do período de aquisição é determinado pelo cálculo do valor justo das opções ou outros planos de pagamento com base em ações na data da outorga. A Companhia usa o modelo de precificação de opções Black-Scholes para calcular o valor justo das opções concedidas.

O valor total a ser gasto é determinado com referência ao valor justo das opções concedidas:

- Incluindo quaisquer condições de desempenho de mercado; e
- Excluindo o impacto de qualquer serviço e condições de aquisição de desempenho fora do mercado, como lucratividade, metas de crescimento de vendas e permanência como funcionário da entidade durante um período de tempo específico.

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções que se espera que se tornem exercíveis. Essa estimativa é revisada a cada data de demonstração da posição financeira e a diferença é debitada ou creditada na demonstração do resultado consolidado com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Quando as opções são devidamente exercidas, a Companhia emite ações ordinárias em tesouraria. O valor justo e os rendimentos recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados ao patrimônio líquido.

(r) Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas como patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias em tesouraria são reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos de impostos, como uma dedução dos proventos da emissão de ações.

(s) Lucro por ação

(i) Lucro básico por ação

O cálculo do lucro por ação básico é baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinários, e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação.

(ii) Lucro diluído por ação

Lucro diluído por ação ajusta as informações usadas para determinar o lucro básico por ação para incluir:

- O lucro depois dos impostos e outros custos financeiros associados com ações potencialmente diluidoras; e
- A média ponderada das ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas estas ações potenciais diluidoras.

(t) **Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em espécie, depósitos à vista em instituições financeiras, outros investimentos de curto prazo, altamente líquidos, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são facilmente convertíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor.

(u) **Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas**

Novas normas contábeis entram em vigor para relatórios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2024 e sua aplicação antecipada é permitida. Contudo, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

A – IFRS Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e será aplicada para períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A nova norma introduz os seguintes requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber: operação, investimento, financiamento, operações descontinuadas e impostos sobre a renda. As entidades também devem apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não sofrerá alterações.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (“MDMs”) devem ser divulgadas em uma nota nas demonstrações financeiras.
- São fornecidas orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal de lucro operacional como o ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa quando apresentarem fluxos de caixa operacionais sob o método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliar o impacto da nova norma, especialmente em relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, à demonstração de fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para as MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre a forma como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo para os itens atualmente rotulados como ‘outros’.

B – Outras normas contábeis

As seguintes novas normas contábeis alteradas não devem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Falta de Troca (Emenda à IAS 21)
- Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Emenda ao IFRS 9 e IFRS 7)

(v) Mudanças em políticas contábeis materiais

Em 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou alterações à IAS 1 “Apresentação de Demonstrações Financeiras” (“IAS 1”) que esclarecem que a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes deve ser baseada em direitos que existem no final de cada exercício e que a classificação não é afetada por expectativas sobre se uma entidade exercerá seu direito de diferir a liquidação de um passivo. Para passivos com cláusulas restritivas, as alterações esclarecem que apenas as cláusulas restritivas que uma entidade é obrigada a cumprir na ou antes da data base das demonstrações financeiras afetam a classificação como circulante ou não circulante. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e no exercício comparativo.

4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e julgamentos e formule premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos e divulgações de passivos contingentes. As estimativas e julgamentos da administração são continuamente avaliadas e são baseadas na experiência histórica e outros fatores que a administração acredita serem razoáveis sob as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A Companhia identificou as seguintes políticas contábeis críticas sob as quais são feitos julgamentos, estimativas e premissas significativas e onde os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob diferentes premissas e condições e podem afetar materialmente os resultados financeiros ou as demonstrações consolidadas da posição financeira da Companhia reportadas em períodos futuros.

Determinação dos Planos de Vida da Mina (LOM) e das reservas e recursos de minério

As estimativas das quantidades de reservas e recursos de minério formam a base de nossos planos da LOM, que são utilizados para uma série de objetivos comerciais e contábeis importantes, incluindo: o cálculo das despesas de exaustão; a capitalização dos custos de remoção da fase de produção, para prever o momento do pagamento dos custos de fechamento e restauração da mina e para a avaliação dos encargos de redução de valor e dos valores contábeis dos ativos. Em certos casos, estes planos da LOM foram a base para suposições sobre a capacidade de obter as licenças necessárias para completar as atividades planejadas.

A Companhia determina os recursos e reservas minerais de acordo com os princípios incorporados aos padrões do Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo para reservas e recursos minerais, conhecidos como Padrões CIM. A informação é regularmente compilada por Pessoas Qualificadas.

Existem inúmeras incertezas inerentes à estimativa de recursos e reservas minerais, e as premissas válidas no momento da estimativa podem mudar significativamente quando novas informações estiverem disponíveis. Mudanças nos preços previstos de commodities, taxas de câmbio, custos de produção ou taxas de recuperação podem alterar a situação econômica das reservas e recursos e podem, em última análise, resultar na revisão da vida útil estimada e reservas relacionadas.

Impairment dos ativos

Em cada data avaliações da administração de relatório se há alguma indicação de redução ao valor recuperável das instalações e equipamentos imobiliários da Companhia. Os fatores internos e externos avaliados para os indicadores de impairment incluem: (i) se o valor contábil dos ativos líquidos da Companhia excedeu sua capitalização de mercado; (ii) mudanças nas quantidades estimadas de recursos minerais e na capacidade da Companhia de converter recursos em reservas, (iii) uma deterioração significativa nos preços futuros esperados do metal; (iv) mudanças nos custos de produção e despesas de capital futuros esperados; e (v) mudanças nas taxas de juros.

Se algum desses indicadores existir, uma estimativa formal do valor recuperável é realizada, e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na extensão em que o valor contábil exceder o valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é mensurado pelo maior entre Valor Justo Menos Custo de Baixa ("FVLCD") ou Valor Em Uso ("VIU").

A determinação de FVLCD e VIU exige que a administração faça estimativas e suposições sobre a produção e os volumes de vendas esperados, preços de metais, reservas, custos operacionais, fechamento de mina e custos de restauração, despesas de capital futuras e taxas de desconto apropriadas para fluxos de caixa futuros. As estimativas e premissas estão sujeitas a risco e incerteza, e como tal, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções, o que pode impactar o valor recuperável dos ativos. Nessas circunstâncias, parte ou todo o valor contábil dos ativos pode ser ainda mais prejudicado ou o encargo por redução ao valor recuperável reduzido com o impacto registrado nas demonstrações consolidadas do resultado.

Se, após a Companhia ter reconhecido anteriormente uma perda por redução ao valor recuperável, as circunstâncias indicarem que o valor recuperável dos ativos deteriorados é maior do que o valor contábil, a Companhia reverte a perda por redução ao valor recuperável pelo valor que o valor justo revisado excede seu valor contábil, até o máximo da perda por impairment anterior. Em nenhum caso, o valor contábil revisado deve exceder o valor contábil original, após a depreciação ou amortização, que teria sido determinada se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Valorização do estoque

A mensuração do estoque incluindo a determinação de seu valor realizável líquido, especialmente no que diz respeito ao minério em estoque, envolve o uso de estimativas. O valor realizável líquido é determinado com referência aos preços de mercado relevantes, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis. A estimativa também é necessária para determinar a tonelagem, o ouro recuperável e o cobre contidos nela, e para determinar os custos remanescentes de conclusão para trazer o estoque para sua forma vendável. Também existe julgamento para determinar se é necessário reconhecer um ajuste ao valor realizável líquido nos suprimentos operacionais da mina, e estimativas são necessárias para determinar o valor de recuperação ou sucata dos suprimentos.

As estimativas de ouro ou cobre recuperável nas pilhas de lixiviação são calculadas a partir das quantidades de minério colocadas nas pilhas de lixiviação (toneladas medidas adicionadas às pilhas de lixiviação), o grau de minério colocado nas pilhas de lixiviação (com base nos dados do ensaio) e um percentual de recuperação (com base no tipo de minério).

Provisões para fechamento e restauração de mina

Os valores registrados para as obrigações de fechamento e restauração de mina são baseados em estimativas preparadas por especialistas ambientais da Companhia, se disponíveis, nas jurisdições em que a Companhia atua ou por especialistas ambientais da Companhia. Essas estimativas são baseadas nas atividades de remediação exigidas pelas leis ambientais, o prazo esperado dos fluxos de caixa e as taxas de juros livres de risco antes dos impostos sobre as quais os fluxos de caixa estimados foram descontados. Essas estimativas também incluem uma premissa sobre a taxa pela qual os custos podem inflar em períodos futuros. Resultados reais podem ser diferentes destas estimativas. As estimativas sobre as quais esses valores justos são calculados requerem amplo julgamento sobre a natureza, custo e época do trabalho a ser concluído, e podem mudar com futuras mudanças nos custos, leis e regulamentos ambientais e práticas de remediação.

Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer uma estimativa do imposto de renda em cada uma das jurisdições em que a Companhia opera. O processo envolve uma estimativa da exposição fiscal atual da Companhia e uma avaliação das diferenças temporárias resultantes do tratamento diferente de itens, como exaustão e amortização, para fins fiscais e contábeis, e quando eles podem reverter.

Essas diferenças resultam em ativos e passivos fiscais diferidos que estão incluídos nas demonstrações consolidadas da posição financeira da Companhia. Uma avaliação também é feita para determinar a probabilidade de que os ativos fiscais futuros da Companhia sejam recuperados de lucros tributáveis futuros.

É necessário julgamento para avaliar continuamente as alterações nas interpretações fiscais, regulamentos e legislação, e fazer estimativas sobre lucros tributáveis futuros, para garantir os ativos fiscais diferidos são recuperáveis.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise de valor justo para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e resultado, ativos estes não negociados em mercados ativos.

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados utilizando as curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento nas datas de cálculo e utilizam o julgamento da administração da Companhia na seleção de métodos e na determinação de premissas, como nas opções de commodities. Para os swaps, o valor presente dos valores a pagar e a receber é estimado descontando os fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente dos valores de pagamento e de recebimento do swap na moeda de referência.

5 ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Em 24 de agosto de 2023, Apoená celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ativos (“Contrato de Compra e Venda”) com um potencial comprador para vender todos os direitos minerais, ativos e passivos relacionados à Mina São Francisco. A mina estava sob cuidados e manutenção, e os ativos foram totalmente depreciados. O preço de aquisição foi fixado em US\$ 9.000, dos quais US\$ 1.000 já foram recebidos. O acordo inclui diversas condições precedentes a serem cumpridas para concretizar a venda do ativo. Em 31 de dezembro de 2024 todas as condições foram atendidas, exceto a transferência dos direitos minerários ao comprador, que aguarda a autorização final a ser emitida pela Agência Nacional de Mineração.

Os seguintes passivos foram reclassificados como mantidos para venda em relação à transação descrita acima em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda		
Obrigação de retirada de ativos	17.072	19.786
Passivo total para alienação mantido para venda	17.072	19.786

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa em banco	390.461	592.134
Depósitos a prazo	1.282.630	556.682
Caixa e equivalentes de caixa	1.673.091	1.148.816

Depósitos a prazo representam valores que têm um vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e são reembolsáveis com um aviso prévio de 24 horas, sem perda de juros.

7 CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Contas a receber	14.577	25.480
Outros recebíveis (a)	83.478	59.843
Contas a receber	98.055	85.323

A Companhia mensura periodicamente as perdas de crédito esperadas e considera o histórico e as condições financeiras de seus clientes. A Companhia não reconheceu quaisquer perdas de crédito nestas demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Refere-se ao contrato de venda pela Companhia do Projeto Serrote. O preço de venda foi o valor total de US\$ 40 milhões e a contraprestação de US\$ 40 milhões foi composta por um pagamento em dinheiro de US\$ 30 milhões (recebido), bem como a entrega pelos compradores de uma nota promissória subordinada sem garantia no valor principal de US\$ 10 milhões mais juros, pagáveis a partir de 75% do excesso de caixa do projeto após ter sido pago o financiamento do projeto e as necessidades operacionais de caixa. A nota torna-se pagável imediatamente caso a Appian Capital Advisory LLP, atual controladora da Mineração Vale Verde (“MVV”) decida vender seu investimento na MVV.

8 IMPOSTO DE VALOR ADICIONADO E OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
Impostos sobre venda e impostos de valor adicionado		
Apoena, Almas e outros projetos no Brasil	186.611	127.655
Aranzazu	17.314	105.264
Minosa	153.978	10.120
Outros impostos		
Imposto sobre a renda e contribuição social	16.713	43.063
Total imposto de valor adicionado e outros impostos a recuperar	374.616	286.102
Circulante	123.233	207.208
Não-circulante	251.383	78.894

A expectativa da Companhia é de que os impostos a recuperar sejam realizados levando em consideração as diferentes alternativas disponíveis para a Aura, incluindo: (1) reembolso por parte das autoridades governamentais, (2) crédito para pagamentos de imposto de renda e (3) venda de ouro no mercado interno.

9 ESTOQUES

	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	12.422	28.336
Produtos em processo	294.264	121.497
Peças e suprimentos	172.158	119.740
Total de estoques	478.844	269.573
Circulante	358.800	226.113
Não-circulante	120.044	43.460

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o estoque não circulante refere-se ao estoque de baixo teor da Almas.

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER E OUTROS ATIVOS

	2024	2023
Despesas antecipadas(a)	25.569	19.356
Adiantamento a fornecedores	95.225	19.539
Depósitos	26.361	15.618
Empréstimo a Funcionários (b) Nota 30	19.765	15.453
Premium a receber (c)	-	50.604
Outros recebíveis e ativos (d)	21.388	13.142
Total outras contas a receber e outros ativos	188.308	133.712
Circulante	157.700	113.218
Não-circulante	30.608	20.494

(a) As despesas antecipadas são pagamentos antecipados de despesas gerais e administrativas como seguros.

(b) A Companhia pagou, em nome de certos membros da alta administração, certos impostos retidos na fonte associados ao exercício de opções de ações no valor de \$3.192 (R\$19.765), incluídos como outras contas a receber circulante (veja a Nota 30 para mais detalhes).

(c) Em 2023, a Companhia firmou em contratos de derivativo de ouro para o projeto Borborema e tinha um prêmio pendente a ser recebido no valor de \$10.453 (R\$50.604), registrado como outras contas a receber correntes (veja a Nota 27(a)).

(d) Em 7 de novembro de 2023, a Companhia firmou um acordo de subscrição com a Altamira Gold Corp. (“Altamira”), nos termos do qual adquiriu 24.000.000 unidades da Altamira a um preço de \$0,090 (C\$0,125 - Dólares Canadenses / R\$0,557) por unidade, por um preço total de aquisição de \$2.167 (C\$3.000 - Dólares Canadenses / R\$13.419). Cada unidade consiste em uma ação ordinária e um *warrant* de compra de ações ordinárias da Altamira. Cada *warrant* pode ser exercido para adquirir uma ação da Altamira a um preço de exercício de \$0,14 (C\$0,20 - Dólares Canadenses / R\$0,867) por ação, por um período de dois anos a partir da data do acordo. Este investimento está sendo registrado pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, e o saldo em 31 de dezembro de 2024 é \$2.168 (R\$ 13.425) (\$2.713 (R\$13.134) em 31 de dezembro de 2023).

Em dezembro de 2024, a Companhia também adquiriu 5.500.000 ações da Bluestone Resources (aproximadamente 3,6% de participação) que estão sendo registradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor em 31 de dezembro de 2024 é de US\$ 1.244 (R\$ 7.703).

11 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada abaixo:

	Propriedades de mineração	Terrenos e edificações	Móveis, utensílios e equipamentos	Plantas e máquinas	Ativo de direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
SalDOS em 1 de janeiro de 2023	1.542.685	260.757	51.894	300.829	183.069	26.869	2.366.103
Adições	138.611	38.369	5.862	64.852	15.204	780.219	1.043.117
Depreciação	(188.572)	(43.957)	(9.531)	(36.205)	(58.963)	-	(337.228)
Baixas	(5.150)	(2.250)	(1.109)	(19.449)	-	(58)	(28.016)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	446.355	68.759	13.785	84.373	44.038	80.872	738.182
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	1.933.929	321.678	60.901	394.400	183.348	887.902	3.782.158
Composto por:							
Custo	3.559.600	847.243	164.771	1.194.835	340.279	887.902	6.994.630
Depreciação, amortização e exaustão acumulada	(1.625.671)	(525.565)	(103.870)	(800.435)	(156.931)	-	(3.212.472)
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	1.933.929	321.678	60.901	394.400	183.348	887.902	3.782.158

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Propriedades de mineração	Terrenos e edificações	Móveis, utensílios e equipamentos	Plantas e máquinas	Ativo de direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2022	1.267.161	227.842	69.354	105.747	231.859	73.105	1.975.068
Adições	225.915	24.810	3.547	22.544	17.853	233.559	528.228
Aquisição Borborema Inc (Nota 12)	270.681	-	-	-	-	-	270.681
Reclassificações	8.108	55.693	(8.802)	216.503	-	(271.502)	-
Depreciação	(124.500)	(29.341)	(7.175)	(31.443)	(50.100)	-	(242.559)
Baixas	(1.046)	(1.011)	(396)	-	(859)	-	(3.312)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	(103.634)	(17.236)	(4.634)	(12.522)	(15.684)	(8.293)	(162.003)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.542.685	260.757	51.894	300.829	183.069	26.869	2.366.103
Composto por:							
Custo	2.647.600	629.384	124.407	892.818	252.914	26.869	4.573.992
Depreciação, amortização e exaustão acumulada	(1.104.915)	(368.627)	(72.513)	(591.989)	(69.845)	-	(2.207.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.542.685	260.757	51.894	300.829	183.069	26.869	2.366.103

O direito de uso dos ativos corresponde às obrigações de responsabilidade de arrendamento discutidas na Nota 19(b) abaixo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha um valor total de R\$ 100.899 (R\$ 83.459 em 2023) registrado Provisão para fechamento e restauração de minas (veja o movimentação do passivo na Nota 17), e a movimentação desse saldo é demonstrado a seguir:

	2024	2023
Saldo início do ano	83.459	98.468
Adições (a)	10.027	-
Mudanças de estimativas	(2.521)	(2.076)
Depreciações	(12.225)	(6.356)
CTA	22.159	(6.577)
Saldo fim de Ano	100.899	83.459

(a) Refere-se à provisão para fechamento e restauração de minas do projeto Borborema registrada em 2024.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor total de \$4.991 (R\$26.911) foi capitalizado (taxa de capitalização de 100%) como parte do custo de construção do projeto Borborema (\$3.220 / R\$16.084 em 2023). Além disso, durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023, o valor total de \$2.902 (R\$14.496) foi capitalizado como parte da construção do projeto Almas, que foi capitalizado apenas até a mina atingir a produção comercial em agosto de 2023.

12 INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO

Em 21 de setembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações em circulação da Big River Gold Limited ("Big River") por meio da empresa

recém-criada, Borborema Inc. ("Borborema" ou "Empresa JV"). Como parte da aquisição da Big River, a Dundee Resources Limited ("Dundee") recebeu 20% das ações em circulação da Borborema em compensação pelas suas ações previamente detidas na Big River, estabelecendo assim a Empresa JV. Após a conclusão da aquisição, a Aura e a Dundee eram os únicos acionistas da Borborema Inc., com participações de 80% e 20%, respectivamente, das ações emitidas e em circulação da joint venture Borborema Inc., que é a proprietária indireta de todos os direitos, títulos da Big River. Nesse momento, Borborema era contabilizada como joint venture nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que de acordo com o Acordo de Acionistas a tomada de decisões era dividida igualmente entre a Companhia e a Dundee.

Em 29 de agosto de 2023, a Companhia e a Dundee Resources Limited celebraram um Acordo de Transferência de Participação e Rescisão do Acordo de Acionistas da Borborema ("Acordo Borborema"). O Acordo Borborema estabelece que a Dundee desejava sair da joint venture Borborema e concordou em vender, transferir e, de outra forma, ceder todas as suas ações no capital da Empresa JV para a Aura em troca da concessão de um royalty de retornos de fundição líquida, conforme um Acordo de Royalty. Em 21 de setembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 80% do grupo Big River, que foi avaliado como uma joint venture com a Dundee Resources Limited ("Dundee"), proprietária dos 20% restantes. Em 29 de agosto de 2023 ("data do acordo"), a Dundee concordou em vender, transferir e, de outra forma, ceder todas as suas ações no capital da Empresa JV para a Aura em troca da concessão de um royalty conforme um contrato.

No mesmo dia, a Dundee transferiu para a Aura todos os direitos, títulos e ações da Dundee em consideração à Aura, fazendo com que a Empresa JV e a Aura concedessem o Acordo de Royalty, que será aplicável, caso o projeto declare produção comercial, conforme segue: (i) 1,5% de *Royalties* para cada trimestre calendário, em relação às primeiras 1.500.000 onças de ouro produzidas e vendidas; e (ii) 1% d de *Royalties* sobre a Receita Líquida de Fundição para cada trimestre calendário em relação às 500.000 onças adicionais de ouro produzidas e vendidas após a produção e venda das primeiras 1.500.000 onças de ouro. Uma vez que 2.000.000 de onças de ouro tenham sido produzidas e vendidas, o Royalty será extinto e não terá mais força ou efeito. Com a aquisição da participação adicional de 20% da Dundee, a Companhia passou a consolidar a Borborema Inc em suas demonstrações financeiras.

A administração tratou essa transação como uma aquisição de ativos, dado que a Borborema Inc. possui uma alta concentração (mais de 95%) no ativo de propriedades minerais e também concluiu que houve uma mudança no valor justo do ativo desde sua aquisição inicial, principalmente relacionada à conclusão do estudo de viabilidade do projeto e ao avanço nas permissões necessárias para a execução do projeto, sendo assim, um ganho de US\$5.505 (R\$27.095) foi reconhecido como “Outras (despesas) receitas”. A partir da data do acordo, a Borborema Inc. passou a ser uma subsidiária da Aura e, desde então, está sendo consolidada nas demonstrações financeiras. Até a data da aquisição de controle, a Companhia havia registrado o valor total de (US\$1.894) (R\$ (9.349)) de participação no patrimônio, também como “outras (despesas) receitas”.

As informações financeiras consolidadas da Borborema Inc. na data da aquisição, que foram consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluíam US\$3.727 (R\$18.663) em caixa e equivalentes de caixa, US\$54.054 (R\$270.681) em Propriedades Minerais (Nota 11) e outros ativos e passivos imateriais.

13 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	430.767	277.900
Outras contas a pagar	97.962	83.009
Provisão para contas a pagar	78.531	63.363
Receita diferida (a)	-	23.616
Total fornecedores e outras contas a pagar	607.260	447.888

(a) Em março de 2023, a Auramet International Inc. (“Auramet”) concordou em fazer um adiantamento de US\$ 10.000 à Aura Almas Mineração S.A. (“Aura Almas”) por 5.538 onças de ouro. A liquidação do adiantamento pela Aura iniciou desde setembro de 2023, semanalmente, e foi concluído em fevereiro de 2024.

14 EMPRÉSTIMOS

A relação das dívidas detidas pela Companhia, de forma consolidada, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

Dívida financeira	Vencimento	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
Banco Occidente				
Q2 2022 Acordo de Empréstimo ("5ª Nota Promissória")	Maio 2026	6,25%	24.037	30.938
Q3 2022 Acordo de Empréstimo ("6ª Nota Promissória")	Agosto 2026	6,25%	29.156	34.627
Q2 2023 Acordo de Empréstimo ("7ª Nota Promissória")	Junho 2026	7,50%	8.174	18.490
Q1 2024 Acordo de Empréstimo ("8ª Nota Promissória")	Fevereiro 2026	7,50%	18.576	-
Q3 2024 Acordo de Empréstimo ("9ª Nota Promissória")	Julho 2027	8,00%	25.869	-
Banco Atlântida				
Q2 2022 Acordo de Empréstimo ("7ª Nota Promissória")	Março 2027	6,50%	34.832	39.336
Q2 2023 Acordo de Empréstimo ("8ª Nota Promissória")	Abril 2024	6,50%	-	2.905
Banco ABC Brasil S.A.				
Q1 2022 Acordo de Empréstimo ("5ª Nota Promissória")	Janeiro 2026	5,38%	67.916	84.958
Banco Santander México				
Q2 2022 Acordo de Empréstimo ("1ª Nota Promissória")	Dezembro 2024	SOFR + 4,0%	-	46.842
Q2 2022 Acordo de Empréstimo ("2ª Nota Promissória")	Dezembro 2024	SOFR + 4,0%	-	48.413
Q2 2023 Acordo de Empréstimo ("3ª Nota Promissória")	Dezembro 2024	SOFR + 4,0%	-	36.692
Q3 2024 Acordo de Empréstimo ("5ª Nota Promissória")	Julho 2027	SOFR + 3,8%	218.795	-
Banco Santander Brasil				
Q3 2023 Acordo de Empréstimo ("4ª Nota Promissória")	Novembro 2028	9,51%	644.454	503.360
Banco Itaú				
Q1 2021 Acordo de Empréstimo ("2ª Nota Promissória")	Março 2024	4,65%	-	7.262
Q4 2023 Acordo de Empréstimo ("3ª Nota Promissória")	Maio 2028	7,48%	-	146.175
Banco Safra				
Q1 2022 Acordo de Empréstimo ("2ª Nota Promissória")	Março 2024	3,70%	-	16.239
Q3 2024 Acordo de Empréstimo ("2ª Nota Promissória")	Agosto 2026	7,10%	127.021	-
Banco do Brasil				
Q1 2024 Acordo de Empréstimo ("1ª Nota Promissória")	Dezembro 2028	6,50%	61.942	-
Banco Bradesco				
Q1 2022 Acordo de Empréstimo ("1ª Nota Promissória")	Fevereiro 2025	* CDI + 2,342%	15.189	37.745
Q4 2024 Acordo de Empréstimo ("2ª Nota Promissória")	Dezembro 2028	6,50%	266.269	-
Outros				
BTG Pactual	Novembro 2027	6,70%	124.563	97.386
Citibank	Junho 2025	7,70%	-	96.826
Debêntures				
Debêntures – 1ª emissão (a)	Julho 2026	CDI + 4,35%	-	318.397
Debêntures – 2ª emissão	Outubro 2030	CDI + 1,60%	1.006.347	-
Gold Royalty Corp (a)				
Gold Linked Loan (b)	Dezembro 2029	9,51%	70.693	48.413
Total			2.743.833	1.615.004
Circulante			507.812	401.174
Não circulante			2.236.021	1.213.830

Definição: Dados da Taxa de Financiamento Garantido Overnight ("SOFR") e Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI")

(a) Pagamento Antecipado da 1ª Emissão de Debêntures da Alma e outras dívidas

Em outubro de 2024, a subsidiária da Companhia, Almas, realizou o pagamento antecipado da 1ª emissão de debêntures no valor total de US\$34.693 (R\$187.065). Além disso, a Companhia concluiu o pagamento antecipado das dívidas com o Banco do Brasil e o Citibank no valor total de US\$39.000 (R\$210.288).

(b) Acordo de Empréstimo Vinculado ao Ouro de Borborema

Em 19 de dezembro de 2023 (“data do acordo de empréstimo vinculado ao ouro”), a Borborema Inc. celebrou um Acordo de Empréstimo Vinculado ao Ouro (o “Empréstimo Vinculado ao Ouro”) no valor de US\$10.000 (R\$61.923) com a Gold Royalty Corp. (“Gold Royalty”) para financiar o projeto Borborema.

A Companhia reconheceu o empréstimo pelo custo amortizado e os derivativos medidos pelo valor justo através do resultado. Os derivativos identificados no acordo são:

- O juro deve ser pago trimestralmente, correspondendo a 110 onças de ouro (440 onças por ano); e
- Opção de pré-pagamento do empréstimo, iniciando-se no final de 24 meses após a data do acordo de empréstimo vinculado ao ouro.

O empréstimo tem um prazo de 6 anos e os juros são pagos trimestralmente, correspondendo a 110 onças de ouro (440 onças por ano), sendo que esse pagamento de juros é contabilizado como um derivativo incorporado. No vencimento, a Gold Royalty tem a opção de ser paga em US\$10.000 (R\$61.923) em dinheiro; ou US\$5.000 (R\$30.961) em dinheiro mais um royalty sobre a Receita Líquida de Fundação de 0,5% sobre o Projeto Borborema. A administração fez a bifurcação do instrumento para reconhecer um derivativo separado do empréstimo, considerando uma taxa de juros de mercado de 9,51%. Como resultado, a Companhia reconheceu o empréstimo pelo custo amortizado e o derivativo medido pelo valor justo através do resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou US\$964 (R\$5.627) como despesa de juros e US\$1.298 (R\$8.037) de passivo derivativo (US\$ - para a despesa de juros e derivativo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

(c) Novos Acordos de Dívida

Mina Almas

- Banco do Brasil S.A.: Valor principal de US\$19.000 (R\$ 99.045), em junho de 2024, com vencimento em maio de 2027, que foi pago antecipadamente em outubro de 2024 (veja a Nota (a) acima para mais detalhes);
- Banco Safra: Valor principal de US\$20.000 (R\$110.908), em agosto de 2024, com vencimento em agosto de 2026.
- 2ª Emissão de Debêntures: Em outubro de 2024, a Companhia concluiu a 2ª emissão de debêntures simples, com garantia, em uma única série, para distribuição pública, no valor principal de US\$175.593 (R\$ 1.025.574), com taxa de juros de 100 CDI + 1,6% ao ano. Na mesma data, a Almas celebrou um contrato de swap com o Banco Itaú S.A. para proteger totalmente as debêntures, com variação cambial do Real Brasileiro para o Dólar Americano, mais uma taxa fixa linear de 6,975% ao ano (veja a Nota 27 (a) (i) para mais detalhes).

Mina Minosa

- Banco Occidente: Valor principal de US\$5.000 (R\$24.757), em março de 2024, com taxa de juros de 7,5% ao ano e vencimento em fevereiro de 2026.
- Banco Occidente: Valor principal de US\$4.640 (R\$25.731), em agosto de 2024, com taxa de juros de 8,0% ao ano e vencimento em julho de 2027.

Mina Apoena

- Banco do Brasil S.A.: Valor principal de US\$10.000 (R\$49.513), em fevereiro de 2024, com taxa de juros de 6,5% ao ano e vencimento em dezembro de 2028.
- Banco Bradesco: Valor principal de US\$43.000 (R\$250.987), em dezembro de 2024, com taxa de juros de 6,5% ao ano e vencimento em dezembro de 2028.

Mina Aranzazu

- Banco Santander: Valor principal de US\$15.000 (R\$83.181), em agosto de 2024, e outros US\$22.000 (R\$ 128.412) em dezembro de 2024, com taxa de juros de SOFR + 3,8% ao ano e vencimento em julho de 2027.

(d) Os fluxos futuros de pagamentos de empréstimos e debêntures são os seguintes:

	Valores
2025	507.812
2026	533.244
2027	597.879
2028	545.139
2029	279.774
2030 ou após	279.985
	2.743.833

Covenants financeiros

Mineração Apoena S.A. ("Apoena"), uma subsidiária da Companhia

- Banco BTG Pactual S.A.: No valor principal de US\$ 20.000 (R\$ 105.000) adquirido em junho de 2022.

O acordo inclui um covenant financeiro onde a dívida líquida deve ser inferior a 2,75x o EBITDA dos últimos 12 meses. O índice é medido trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Aura Minerals Inc.

Aranzazu Holdings SA de CV ("Aranzazu"), uma subsidiária da Companhia

- Banco Santander México S.A.: No valor principal de US\$ 25.000 (R\$131.000) adquirido em junho de 2022.

O acordo inclui *covenants* financeiros onde: (i) a dívida líquida deve ser inferior a 2,0x do EBITDA nos últimos 12 meses; e (ii) o EBITDA sobre os juros pagos deve ser maior ou igual a 5,0x. O índice é medido trimestralmente com base nos demonstrativos financeiros da subsidiária.

Aura Almas Mineração S.A. ("Almas") – subsidiária da Companhia

- Debêntures: valor principal de US\$175.593 (R\$ 1.025.574) contratado em outubro de 2024.

O acordo também inclui um covenant financeiro onde o EBITDA dos últimos 12 meses da Companhia deve ser igual ou inferior a 2,75 vezes a dívida líquida a ser mensurada trimestralmente. O acordo é mensurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Aura Minerals.

Cascar Brasil Mineração Ltda. ("Cascar") – subsidiária da Companhia (Projeto Borborema)

- Santander Brasil S.A., principal de US\$100.750 emitido em setembro de 2023.

O acordo tem um *covenant* financeiro onde a Dívida Líquida da Cascar deve ser inferior a 1,5x do EBITDA dos últimos 12 meses da Cascar. A Companhia deve cumprir o *covenant* após o período de carência, que termina em setembro de 2025, com a primeira medição do *covenant* em 2026.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas subsidiárias estão em conformidade com todos os *covenants* financeiros.

15 CONTAS A PAGAR MENSURADO A VALOR JUSTO

Em 19 de dezembro de 2023, a Companhia, por meio de sua subsidiária, Borborema, celebrou um Acordo de *Royalty* sobre a Receita Líquida de Fundição (o "Royalty NSR") no valor de US\$ 21.000 com a Gold Royalty Corp. ("o Concedente").

Os principais elementos do acordo são:

- a) Pagamentos de Royalty: 2% da receita líquida de custos de transporte e fundição após a produção comercial das primeiras 725.000 onças produzidas ("limite do royalty de redução");
- b) Royalty Reduzido: Após a produção total de 725.000 onças de ouro geradoras de royalty, o royalty será reduzido para 0,5% da receita líquida de transporte e de fundição pelo restante do prazo do acordo de royalty;
- c) Opção de recompra do Concedente: Após o limite do royalty de redução ser atingido, o terá o direito de recomprar o royalty reduzido por um valor de US\$ 2.500, que poderá ser exercido a qualquer momento após a data em que a produção total de 2.250.000 onças de ouro geradoras de royalty for alcançada ou em 1º de janeiro de 2050;
- d) Pagamento pré-produção: O credor deverá fazer pagamentos de pré-produção ao titular do royalty, entregando 250 onças (1.000 onças por ano) de ouro refinado no último dia de cada trimestre até a data mais próxima entre a data de produção comercial ou o décimo (10º) aniversário do acordo de royalty;
- e) Pagamento Ambiental, Social e de Governança ("ESG"): Os detentores do royalty deverão pagar ao credor até 30 dólares americanos por cada onça equivalente de ouro do produto, e tal pagamento será satisfeito pelo titular Borborema como um desconto contra os custos relacionados a ESG. Esse pagamento será no valor máximo agregado de USD300 mil dólares americanos ao longo do prazo do acordo de royalty.

Este acordo está sendo contabilizado a valor justo por meio do resultado. Como o acordo contém mais de um derivativo embutido (itens c e d acima), ele foi designado pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial e, como tal, o derivativo embutido não foi separado. A variação no valor justo relacionadas ao risco de crédito da Companhia é reconhecido em outros resultados abrangentes. Os valores registrados em outros resultados abrangentes relacionados ao risco de crédito não estão sujeitos registro no resultado do exercício e serão transferidos para o resultado, quando realizados. As variações no valor justo relacionadas ao risco de mercado são reconhecidas no resultado.

A Companhia determina as variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito, primeiramente determinando as mudanças de condições de mercado que geram o risco, e então deduzindo essas variações do total da mudança no valor justo do acordo do royalty de ouro. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a variação no valor justo da obrigação foi de US\$719 (R\$6.103), registrado no resultado financeiro (nota 25). O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2024 é de US\$ 17.749 (R\$109.907) (US\$ 21.000 (R\$101.667) em 31 de dezembro de 2023).

16 IMPOSTO DE RENDA

a) Imposto de renda no resultado

Em 31 de dezembro de 2024, o imposto de renda corrente e diferido são de R\$438.871 (R\$31.439 em 31 de dezembro de 2023).

As despesas com imposto de renda incluídas nas demonstrações consolidadas de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com imposto de renda corrente	(287.637)	(93.983)
Despesa com imposto de renda diferido	(169.008)	62.544
Resultado com imposto de renda	(456.645)	(31.439)

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os ativos (passivos) de impostos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados consistem em:

Os impostos diferidos ativos (passivos) líquidos são classificados como:	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido ativo	94.234	129.001
Imposto de renda diferido passivo	(195.571)	(42.158)
Total impostos diferidos, líquido	(101.337)	86.843

A movimentação na conta de imposto de renda diferido líquido foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.075
Registrado no resultado	62.544
Variação cambial	1.853
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	(1.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	86.843
Registrado no resultado	(169.008)
Variação cambial	11.336
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	(30.508)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(101.337)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados e as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, conforme segue:

	2024	2023
Fechamento e restauração da mina	43.702	38,266
Prejuízos fiscais acumulados	36.110	48,308
Amortização de intangíveis	35.229	27,112
Provisões não dedutíveis	69.568	23,061
Variações cambiais não dedutíveis	(2.736)	(8,779)
Impostos diferidos sobre itens não monetários	(216.571)	(24,316)
Depreciação	(56.957)	(17,974)
Pagamentos antecipados	(21.598)	(1,259)
Outros	11.916	(4,033)
Total de ativos e passivos fiscais diferidos	(101.337)	80,386
Valor justo dos instrumentos financeiros	(5.155)	4.974
Total de imposto diferido sobre o OCI	(5.155)	4.974

c) Taxa efetiva

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda	307.677	193.319
Imposto de renda pela alíquota estatutária da controladora (0%)	-	-
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva		
Imposto calculado pela alíquota local aplicada para cada país	(304.006)	(100.195)
Despesas não dedutíveis	(9.814)	28.951
Ativos diferidos reconhecidos sobre prejuízo fiscal	8.192	50.153
Ativos diferidos não reconhecidos	(62.187)	(16.570)
Isenções fiscais	7.806	4.451
Impostos retidos na fonte	(18.233)	-
Imposto diferido sobre itens não monetários	(119.570)	-
Outros	41.167	1.771
Despesa com imposto de renda corrente e diferido	(456.645)	(31.439)
Alíquota efetiva	148,42%	16,26%

17 PROVISÃO PARA FECHAMENTO E RESTAURAÇÃO DE MINAS

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	235.902	251.816
Atualização monetária (nota 25)	34.858	24.540
Mudança de estimativa	4.463	-
Adições	9.942	-
Ativo não circulante mantido para venda (Nota 5)	-	20.245
Mudança de estimativa em propriedade em cuidado e manutenção	(7.763)	-
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	35.761	(60.699)
Saldo no final do exercício	313.163	235.902

A provisão para o fechamento e restauração da mina está relacionada aos custos de fechamento e restauração ambiental associados às operações de mineração. As provisões foram registradas em seus valores presentes líquidos, utilizando uma taxa de desconto para cada entidade com base no prazo de vida da mina e nas taxas de títulos do tesouro correspondentes de 11,73%, 10,02% e 7,22% (11,75%, 8,94% e 13,65% em 2023) para Brasil, México e Honduras, respectivamente. As provisões foram reavaliadas em cada data de relatório, com a despesa de acréscimo sendo registrada como custo financeiro.

18 OUTRAS PROVISÕES

	Benefícios de longo prazo a empregados	Provisão para demandas judiciais	Total
Em 31 de dezembro de 2022	67.909	2.734	70.643
Serviço periódico e despesa financeira (Nota 25)	5.363	-	5.363
Movimentação na provisão	4.370	717	5.087
(Perda) atuarial	(8.867)	-	(8.867)
Pagamentos	(11.171)	-	(11.171)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	317	(197)	120
Em 31 de dezembro de 2023	57.921	3.254	61.175
Serviço periódico e despesa financeira (Nota 25)	6.100	-	6.100
Movimentação na provisão	4.605	16.174	20.779
Ganho atuarial	9.894	-	9.894
Pagamentos	(9.532)	-	(9.532)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	16837	908	17.745
Em 31 de dezembro de 2024	85.825	20.336	106.161

Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A responsabilidade por benefícios a empregados de longo prazo existe devido a uma exigência legal em Honduras, segundo a qual a Companhia é obrigada a pagar uma indenização por rescisão com base nos anos de serviço prestados por um empregado, independentemente da causa da rescisão.

As principais premissas de longo prazo utilizadas no benefício de longo prazo a empregados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

	2023	2022
Taxa de desconto	6,50%	4,70%
Taxa de crescimento de salário	7,50%	7,50%
Inflação de longo prazo	5,00%	5,00%

19 OUTROS PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Royalty NSR (nota 19 (a))	6.013	3.999
Obrigação de pagamento de arrendamento (nota 19 (b))	150.169	187.136
Total outros passivos	156.182	191.135
Circulante	87.868	71.511
Não circulante	68.314	119.624

a) Royalty NSR

Os movimentos do Royalty NSR são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	3.999	3.332
Pagamentos	(9.047)	(7.208)
Adição	11.419	7.939
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	(358)	(64)
Saldo no final do exercício	6.013	3.999

b) Obrigação de pagamento de arrendamento

Os movimentos da obrigação de passivo de arrendamento são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	187.136	204.804
Mudança na estimativa	16.787	17.356
Despesa de acréscimo (Nota 25)	56.622	34.470
Pagamentos de arrendamento (Principal)	(82.263)	(64.849)
Pagamentos de arrendamento (Juros)	(24.257)	-
Variação cambial	(56.078)	10.127
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	52.222	(14.772)
Saldo no final do exercício	150.169	187.136
Circulante	81.837	67.512
Não circulante	68.332	119.624

A taxa de desconto média ponderada aplicada às novas obrigações de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,73% (13,15% em 31 de dezembro de 2023), com base nas taxas de títulos do tesouro correspondentes de cada país.

As obrigações de arrendamento são refletidas dentro das obrigações correntes e de longo prazo nas demonstrações consolidadas de posição financeira. O custo financeiro ou a amortização do desconto sobre as obrigações de arrendamento são lançados nas demonstrações consolidadas de resultado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia possui um número ilimitado de ações ordinárias.

b) Opções de compra de ações

A movimentação das opções de ações da Companhia emitidas e em circulação é a seguinte:

	Quantidade de opções	Preço médio ponderado R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.700.154	48,02
Concedidas	-	-
Exercidas	(311.695)	9,70
Canceladas / Expiradas	(36.000)	55,67
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.352.459	55,05
Concedidas	-	-
Exercidas	(83.010)	9,70
Canceladas / Expiradas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.052.589	68,76

Em 31 de dezembro de 2024, a Aura possuía 1.352.459 opções emitidas e em circulação da seguinte forma:

Preço de exercício R\$	Opções em circulação	Opções exercíveis	Prazo contratual remanescente (anos)	Data de vencimento
48,30	20.000	-	5.9	Dezembro de 2030
53,87	22.500	-	5.4	Maio de 2030
87,25	36.000	12.000	4.1	Fevereiro de 2029
85,14	707.679	707.679	6.2	Março de 2031
94,93	36.000	12.000	4.2	Março de 2029
94,93	13.500	9.000	5.8	Outubro de 2030
9,70	216.910	130.207	2.8	Outubro de 2027
	1.052.589	870.706	5.30	

c) Despesa com pagamento baseado em ações

A despesa com pagamento baseado em ações é mensurada ao valor justo e reconhecida durante o período de aquisição a partir da data da concessão. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as despesas de pagamento com base em ações reconhecidas nas despesas gerais e administrativas foram de R\$1.020 e R\$1.437, respectivamente.

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não concedeu novas opções de ações.

d) Reserva de Hedge

Banco Itaú – Acordo de Swap

Conforme mencionado na Nota 14, em 21 de outubro de 2024, a subsidiária da Companhia, Almas, concluiu a 2ª emissão de debêntures. Na mesma data, Almas firmou um acordo de swap com o Banco Itaú para proteger contra a exposição ao fluxo de caixa decorrente da variação cambial entre Reais Brasileiros e Dólares Americanos, além da taxa de juros CDI.

Nos termos do acordo, Almas assumiu uma posição ativa em R\$ (Reais Brasileiros) com CDI mais 1,6% ao ano e pagará em Dólares Americanos mais uma taxa linear fixa de 6,975% ao ano.

Esta transação foi reconhecida inicialmente ao valor justo e reportada subsequentemente ao valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas. Devido à eficácia do hedge, as variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes (OCI). Os valores relacionados à sua ineficácia foram reconhecidos no resultado.

Banco BTG – Acordo de Swap

Devido à 2ª emissão de debêntures e ao novo acordo de swap, conforme mencionado na Nota 14, a Companhia antecipou o pagamento da 1ª emissão de debêntures e liquidou o acordo de swap que estava protegendo os efeitos da debênture. Na data da liquidação, a Companhia baixou os valores pendentes no OCI e no balanço patrimonial como uma obrigação derivativa, registrando-os no resultado. Em 21 de outubro de 2024, a Companhia concluiu o pagamento antecipado do swap e liquidou o valor em aberto de R\$11.208.

Reserva de Hedge

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o efeito do hedge foi de (R\$20.269) e (R\$5.523), respectivamente, reconhecido no OCI.

e) Recompra de ações

Em 14 de março de 2024, a Companhia anunciou uma nova oferta pública de recompra no curso normal (“Nova NCIB”) para suas ações listadas na TSX e um programa de recompra para seus Brazilian Depositary Receipts (“BDRs”) listados na Bolsa de Valores Brasileira (“B3”). O limite para as compras sob a NCIB e o Programa de Recompra de BDRs foi um limite combinado agregado, representando, ao todo, 2.261.426 Ações Ordinárias, ou 10% do float público.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recomprou 1.082.497 ações ordinárias de seus Brazilian Depositary Receipts e 183.710 sob a NCIB, pelos valores totais de aproximadamente R\$73.763 e R\$8.970, respectivamente, totalizando R\$82.733 registrados diretamente no capital social. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia cancelou (116.968) ações do total recomprado.

21 RECEITA

	31/12/2024	31/12/2023
Ouro	2.157.705	1.196.559
Concentrado de cobre e ouro	1.098.572	893.209
Preços provisionados	(34.566)	(9.231)
Total	3.221.711	2.080.537

As receitas das minas de Apoena, Minosa e Almas estão relacionadas com a venda de ouro refinado. As receitas da mina Aranzazu estão relacionadas à venda de concentrado de cobre e ouro. As receitas da Companhia estão concentradas em 4 clientes (veja a Nota 28(d)).

22 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Custos diretos de minas e usinas	(882.877)	(773.504)
Custos diretos de minas e usinas – Empreiteiros	(417.686)	(314.989)
Custos diretos de minas e usinas – Salários	(216.267)	(127.555)
Depreciação e amortização	(332.641)	(233.925)
Total	(1.849.471)	(1.449.973)

23 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, ordenados, benefícios e bônus	(73.375)	(52.651)
Honorários profissionais e consultorias	(42.747)	(29.908)
Taxas legais	(3.796)	(2.723)
Seguros	(5.960)	(6.514)
Honorários do Conselho de Administração	(3.423)	(2.079)
Despesas de viagens	(4.311)	(3.204)
Pagamento baseado em ações (Nota 20c)	(1.020)	(1.437)
Depreciação e amortização	(4.128)	(1.407)
Despesas de cuidado e manutenção	(7.253)	(10.894)
Outros	(34.148)	(25.201)
Total	(180.161)	(136.018)

"Outros" inclui despesas gerais, tais como contingências, energia elétrica, licenças de software e outros.

24 GASTOS COM EXPLORAÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Minosa	(6.289)	(1.464)
Matupá, Tolda Fria e Carajás	(36.865)	(21.548)
Almas	(6.619)	-
Apoena	(1.991)	(1.212)
Aranzazu	(24.912)	(34.665)
Total	(76.676)	(58.889)

25 DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Atualização monetária (Nota 17)	(32.097)	(24.748)
Juros de arrendamento (Nota 19 (b))	(49.534)	(35.279)
Juros sobre empréstimos (Nota 26 (a))	(120.352)	(62.338)
Despesa financeira em plano pós emprego (Nota 15)	(5.362)	(5.167)
Ganho (Perda) em derivativos de ouro não realizado	(426.263)	(127.221)
Ganho (Perda) em derivativos de ouro realizado	(31.379)	-
Derivativos de ouro de Borborema, Almas e outros (a)	(26.382)	(14.136)
Variação cambial	(63.442)	(209)
Taxa de derivativo (Nota 26 (a)) (a)	(70.489)	-
Outras despesas financeiras	(19.494)	962
Despesas financeiras	(844.794)	(268.136)
Mudança de valor justo em passivo mensurado a valor justo (Nota 15)	6.103	-
Rendimento de juros	29.968	22.992
Receitas financeiras	36.071	22.992
Resultado financeiro total	(808.723)	(245.144)

- (a) A Companhia, durante o mês de abril de 2024, negociou com as instituições financeiras a suspensão/eliminação dos Acordos de Suporte de Crédito (“CSAs”) relacionados aos derivativos de ouro, os quais continham certas disposições que permitiriam que tais instituições financeiras exigissem garantias em dinheiro (“chamadas de margem”) caso os saldos de valor justo excedessem os limites previamente acordados. Como parte da negociação, a Companhia concordou em pagar o valor total de R\$70.489.

26 INFORMAÇÕES SOBRE FLUXO DE CAIXA

a) Itens que não afetam caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de	2024	2023
Imposto de renda corrente e diferido	456.644	31.440
Depreciação e amortização (nota 11)	337.229	242.559
Atualização monetária (nota 25)	32.097	24.748
Juros de arrendamento (Nota 25)	49.534	35.279
Serviço periódico e despesa financeira com benefícios pós-emprego	5.362	9.329
Despesa com pagamento baseado em ações (nota 23)	1.020	1.436
Ganho (perda) variações cambiais (nota 25)	63.441	209
Variação do valor justo de passivos mensurados a valor justo	(6.103)	-
(Ganho) / perda na mudança de FV da Nota Promissória de Serrote	(7.314)	(17.183)
Ganho em aquisição de investimento (Nota 12)	-	(27.095)
Atualização da provisão para fechamento das minas	(7.764)	(21)
(Ganhos) perdas não realizadas de contratos de opção a preço fixo (Nota 25)	426.263	140.358
Perdas realizadas em derivativos de ouro (Nota 25)	31.379	-
(Ganho) / perda em outros derivativos (Nota 25)	26.383	(3.526)
(Ganho) / perda venda de ativos	27.995	3.575
Taxa de derivativo (Nota 25)	70.489	-
Juros sobre empréstimos (Nota 25)	120.352	62.338
Outros itens que não afetam caixa	19.159	10.209
Total	1.646.166	513.655

b) Variações no capital de giro

Exercícios findos em 31 de dezembro de	2024	2023
(Aumento) redução em contas a receber e outras contas a receber	(38.372)	(46.815)
(Aumento) redução em estoques	(58.691)	(63.916)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	42.308	122.500
Total	(54.755)	11.769

c) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Exercícios findos em 31 de dezembro de	2024	2023
As variações em outros ativos e passivos correntes e não correntes consistem em:		
Diminuição em outros recebíveis e ativos (não correntes)	358	48.224
(Aumento) / diminuição em outros recebíveis e ativos (corrente)	(39.815)	8.203
(Aumento) em outros passivos (correntes e não correntes) e estoques não correntes	(91.373)	(54.628)
Total	(130.830)	1.799

d) Atividades não monetárias de investimento e financiamento consistem em:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	2024	2023
Adição não caixa a propriedades, plantas e equipamentos	(47.730)	(61.961)
Total	(47.730)	(61.961)

e) Reconciliação dos empréstimos

	Empréstimos	Derivativos
Saldos em 1 de janeiro de 2023	1.116.807	(42.362)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</i>		
Pagamento de empréstimos	(328.984)	-
Obtenção de empréstimos	881.982	-
Juros de empréstimos pagos *	(54.397)	-
Juros de debêntures pagos *	(73.266)	-
Liquidação de juros do swap	-	46.872
	1.673.097	4.510
<i>Outras movimentações:</i>		
Juros sobre empréstimos	68.428	-
Juros sobre debêntures	63.110	-
Resultado do derivativo (swap)	-	(40.805)
Variação cambial	27.566	(35.050)
Ajuste de CTA	(86.242)	3.681
Liquidação de juros do swap (imposto retido)	-	8.762
Valor justo do swap	-	5.023
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.615.004	(53.879)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</i>		
Pagamento de empréstimos	(1.048.749)	-
Obtenção de empréstimos	1.798.104	-
Juros de empréstimos pagos *	(135.707)	-
Juros de debêntures pagos *	(56.609)	-
Liquidação de derivativos	-	(31.379)
Liquidação de juros do swap	-	9.314
<i>Outras movimentações:</i>		
Juros sobre empréstimos	130.890	-
Juros sobre debêntures	60.476	-
Resultado do derivativo (swap)	-	(15.465)
Variação cambial	(119.815)	103.999
Liquidação de juros do swap (imposto retido)	-	3.664
Valor justo do swap	-	31.943
Ajuste a valor justo – Hedges de ouro	-	457.644
Ajuste a valor justo – Outros derivativos	10.045	16.712
Ajuste de CTA	490.194	341.211
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.743.833	863.764

* Os pagamentos de juros sobre dívidas e debêntures estão sendo apresentados nas atividades de financiamento nas Demonstrações Consolidadas de Fluxo de Caixa.

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Instrumentos Financeiros

De acordo com o IFRS 9, a Companhia registra o valor justo de seus contratos derivativos de preço fixo e instrumentos de opções de venda / compra no final do período de reporte como um ativo ou passivo. O valor justo é calculado como a diferença entre um preço de mercado e o preço contratado. No final do período, um ganho ou perda correspondente é registrado nas Demonstrações do Resultado Consolidadas como Outras Perdas (Ganhos). Para os derivativos designados como hedge accounting, o ganho ou perda é registrado em outros resultados abrangentes.

Para os contratos de preço fixo e opções de venda / compra sobre os derivativos de ouro, esses derivativos são significativamente influenciados pelo preço de mercado do ouro. Conforme observado na seção b, esses derivativos são considerados como investimentos de Nível 2.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros derivativos nas seguintes linhas nas demonstrações consolidadas da posição financeira:

Contratos Derivativos	Commodity/ Taxa	Circulante /Não Circulante	Ativo/(Passivo) em	Ativo/(Passivo) em
			31/12/2024	31/12/2023
Swap - Aura Almas (Banco BTG)	CDI	Circulante	-	49.609
Swap - Aura Almas (Banco Itaú)	CDI	Não-Circulante	(93.900)	-
Swap - Apoená (Banco Bradesco)	CDI	Circulante	(21.132)	4.270
Derivativo de ouro	Gold	Circulate / Não-Circulante	(748.732)	(208.825)
Total			(863.764)	(154.946)

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Classificação dos instrumentos financeiros

		31/12/2024			31/12/2023		
	Note	Medido ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Valor justo do Outros Resultados Abrangentes	Medido ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Valor justo do Outros Resultados Abrangentes
Ativos							
Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.673.091	-	-	1.148.816	-	-
Contas a receber	7	14.577	83.472	-	25.475	59.848	-
Instrumento financeiro derivativo	28	-	-	-	-	-	53.879
Não Circulantes							
Outras Contas a Receber e ativos	10	-	-	21.389	-	-	12.595
		1.687.668	83.472	21.389	1.174.291	59.848	66.474
Passivo							
Circulante							
Fornecedores e outras contas a pagar	13	607.260	-	-	447.888	-	-
Empréstimos de curto prazo	14	483.712	24.100	-	279.788	121.386	-
Passivo mensurado ao valor justo	15	-	20.819	-	-	10.166	-
Outras Obrigações	19	87.869	-	-	71.511	-	-
Não-Circulante							
Instrumento financeiro derivativo	28	-	769.864	93.900	-	208.825	-
Empréstimos de Longo prazo	14	1.253.780	982.241	-	1.016.818	197.012	-
Passivo mensurado ao valor justo	15	-	89.089	-	-	91.501	-
Outras Obrigações	19	68.313	-	-	119.624	-	-
		2.500.934	1.886.113	93.900	1.935.629	628.890	

i) Contratos de swap:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía os seguintes contratos de swap:

Contratos de Derivativos	Comodity/ index	Circulante/Não circulante	Ativo/(Passivo)	Ativo/(Passivo)
			12/31/2024	12/31/2023
Swap - Aura Almas (BTG Bank) (a)	CDI	Circulante	-	49.609
Swap - Aura Almas (Itaú Bank) (a)	CDI	Circulante/Não Circulante	(93.900)	-
Swap - Apoena Mines (Bradesco Bank)	CDI	Circulante	(21.132)	4.270
Total			(115.032)	53.879

(a) Os contratos de swap da subsidiária da Companhia, Almas, foram designados como contabilidade de hedge, consulte mais detalhes na Nota 20 (d).

ii) Derivativos de Ouro

ii) a - Derivativos zero-cost-collars

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia assinou contratos derivativos de opção de venda/compra de ouro no total de 100.200 onças, a maior parte em linha com a política de risco corporativo no projeto de Almas. Os contratos possuíam preços de compra entre US\$1.558 (R\$9.647) e US\$1,650 (R\$10.217) (média: US\$1,590 / R\$9.846) e preços de venda entre US\$2,280 (R\$14.118) e \$2,450 (R\$15.171) (média: US\$2.366 / R\$14.651) por onça de ouro, com expiração até julho de 2025, e julho de 2025, e os valores de face para as opções de compra (call) e venda (put) são US\$87.138 (R\$539.585) e US\$57.821 (R\$358.045), respectivamente.

Para a Mina Apoená, em 31 de dezembro de 2024, a Mineração Apoená S.A. possuía *collars* de put/call a custo zero para 5.000 onças de ouro, com preço de piso de US\$ 1.400 (R\$8.669) e preço de teto de US\$2.100 (R\$13.004) por onça de ouro. As datas de vencimento começam em março de 2025 e terminam em dezembro de 2025.

ii) b – Derivativos do Projeto Borborema

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia entrou em contratos de put/call collars, para um total de 215.235 onças, para o Projeto Borborema. Os contratos de put/call collars possuem preços de piso de US\$ 1.745 e preços de teto de US\$2.400 (R\$14.861) por onça de ouro, com vencimentos entre julho de 2025 e junho de 2028.

O preço das opções de call teve um prêmio definido em US\$14,530 (R\$70.334), registrado como ganho financeiro em transações de derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor foi totalmente recebido até junho de 2024.

O efeito do valor justo tanto dos derivativos zero cost collars quanto dos derivativos do Projeto Borborema em 31 de dezembro de 2024 é de (US\$80.241) (R\$426.263) (US\$25.683 (R\$ (127.221)) em 31 de dezembro de 2023), registrado como perda de despesa financeira nas demonstrações financeiras.

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam acordos com instituições financeiras que exigiam que a Companhia depositasse garantias em dinheiro ou de outro tipo de garantia para cobrir a exposição ao valor justo.

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

De acordo com o IFRS 9, a Companhia registra o valor justo de seus contratos derivativos de preço fixo e instrumentos de opções de venda / compra no final do período de reporte como um ativo ("in-the-money") ou passivo ("out-of-the-money "). O valor justo é calculado como a diferença entre um preço de mercado e o preço contratado. No final do período, um ganho ou perda correspondente é registrado nas Demonstrações do Resultado Consolidadas como Outras Perdas (Ganhos). Para os derivativos designados como hedge accounting, o ganho ou perda é registrado em outros resultados abrangentes.

- Nível 1, são os dados que são preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2, que são as informações que não são os preços de cotações do Nível 1 que são observáveis, direta ou indiretamente, para o ativo ou passivo; e
- Nível 3, que são entradas para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

A Companhia mensura certos de seus ativos e passivos financeiros a valor justo de forma recorrente, e estes são classificados inteiramente com base no nível mais baixo de entrada que é significativo para a mensuração do valor justo. Além disso, a Companhia classifica ativos e passivos derivados no Nível 2 da hierarquia de valor justo, pois são avaliados usando modelos de precificação que exigem uma variedade de entradas, como o preço esperado do ouro.e O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo em uma base recorrente em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão resumidos na tabela a seguir:

		2024		2023	
	Nível	Valor justo através do resultado	Valor justo do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Valor justo do resultado abrangente
Ativo					
Contas a receber	2	83.472	-	76.549	-
Instrumento financeiro derivativo	2	-	-	-	49.872
Outras contas a receber e ativos	1	-	21.389	-	12.158
		83.472	21.389	76.549	62.030
Passivos					
Debentures	2	1.006.347	-	407.249	-
Passivo mensurado ao valor justo	3	109.907	-	130.038	-
Instrumento financeiro derivativo	2	769.864	93.900	267.099	-
		1.886.118	93.900	804.386	-

Transferência entre os níveis 2 e 3

A Companhia avaliou a necessidade de transferências entre os níveis na hierarquia, dado as mudanças nas condições econômicas, e considerou se havia falta de informações observáveis para fatores relevantes para o valor de um determinado instrumento. Em 2024, a Companhia transferiu o passivo mensurado a valor justo do nível 2 para o nível 3.

O passivo foi inicialmente avaliado utilizando o modelo de simulação de Monte Carlo (“Monte Carlo”), que é considerado uma medição de valor justo de Nível 3.

Entradas de avaliação e relação com o valor justo: A tabela a seguir resume as informações quantitativas sobre as principais entradas não observáveis usadas nas medições de valor justo de nível 3:

Descrição	Valor justo em		Inputs não observáveis	Inputs		Relação entre os inputs não observáveis e o valor justo
	2024	2023		2024	2023	
Responsabilidade medida a valor justo (acordo NSR)	109.907	101.667	Produção esperada de onças de ouro	747,704	n/a	Se a produção esperada de onças de ouro fosse 10% maior ou menor, o valor justo aumentaria/diminuiria em US\$1.191 (R\$7.381).

Processo de Avaliação

O departamento financeiro da Companhia inclui uma equipe que realiza as avaliações dos itens não imobiliários exigidos para fins de relatórios financeiros, incluindo os valores justos de nível 3.

Os principais *inputs* de nível 3 usadas pela Companhia são avaliadas da seguinte forma:

- Taxas de desconto para ativos financeiros e passivos financeiros são determinadas utilizando um modelo de precificação de ativos de capital para calcular uma taxa pré-impostos que reflete as avaliações de mercado atuais sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do ativo.
- Ajustes de risco específicos para as contrapartes (incluindo suposições sobre taxas de inadimplência) são derivados das classificações de risco de crédito determinadas pelo grupo interno de gerenciamento de risco de crédito.

As principais entradas para o modelo de simulação de Monte Carlo eram as seguintes em 31 de dezembro de 2024:

Entradas	2024
WACC	11.8%
Risco de crédito	3.1%
Volatilidade Esperada	15.7%

Valor justo de empréstimos e outros passivos financeiros:

A Companhia considera que, para os empréstimos, que são registrados pelo seu valor contratual, e outros passivos financeiros medidos pelo custo amortizado, seus valores contábeis estão próximos de seus valores justos e, portanto, as informações sobre seus valores justos não estão sendo apresentadas.

28 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Companhia não conseguir cumprir suas obrigações financeiras conforme elas vencem. A Companhia gerencia seu risco de liquidez por meio de um processo de planejamento e orçamento, que é revisado e atualizado, a fim de determinar as necessidades de financiamento para apoiar as operações atuais e os planos de expansão e desenvolvimento da Companhia, além de gerenciar sua estrutura de capital conforme descrito na Nota 29 abaixo.

O objetivo da Aura é garantir que haja recursos financeiros comprometidos suficientes para atender às suas necessidades de negócios de curto prazo por um período mínimo de doze meses. No curso normal dos negócios, a Aura firma contratos que geram compromissos para pagamentos futuros, conforme divulgado na tabela a seguir:

2024	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	607.260	-	-	-	607.260
Empréstimos	119.524	510.249	191.223	26.829	847.825
Provisão para fechamento e restauração de minas	499.190	1.380.053	1.046.692	321.498	3.247.433
Passivo de arrendamento	83.961	38.869	38.157	239.549	400.536
Instrumentos financeiros derivativos	74.995	90.253	-	-	165.248
	1.384.930	2.019.424	1.276.072	587.876	5.268.302

2023	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	447.888	-	-	-	447.888
Empréstimos	-	33.412	137.824	37.589	208.825
Provisão para fechamento e restauração de minas	468.328	871.894	445.714	49.623	1.835.559
Passivo de arrendamento	17.497	11.372	56.285	209.724	294.878
Instrumentos financeiros derivativos	70.446	136.394	27.847	-	234.687
	1.004.159	1.053.072	667.670	296.936	3.021.837

Em 31 de dezembro de 2024, Aura tinha caixa e equivalente em caixa de R\$ 1.673.091 e capital de giro de R\$874.173 (ativos circulantes, excluindo caixa restrito, menos passivos circulantes).

b) Risco de moeda

As operações da Aura estão localizadas em Honduras, Brasil, México e nos Estados Unidos; portanto, a exposição ao risco de câmbio surge de transações denominadas em moedas estrangeiras. Embora as vendas da Aura sejam denominadas em dólares dos Estados Unidos, certas despesas operacionais da Aura são denominadas em moedas estrangeiras, principalmente a lempira hondurenha, o real brasileiro, o peso mexicano, o dólar canadense e o peso colombiano.

Os instrumentos financeiros que afetam as perdas líquidas da Aura ou outras perdas abrangentes devidas a flutuações de moeda incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos de longo prazo, contas a pagar e passivos acumulados, empréstimos de curto prazo e outras provisões denominadas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa de R\$1.673.091 e R\$1.148.816, respectivamente, dos quais, R\$1.421.290 (R\$568.134 in 2023) eram em dólares americanos, R\$1.639 (R\$306 em 2023) em dólares canadenses, R\$179.561 (R\$558.533 em 2023) em Reais, R\$69.532 (R\$21.434 em 2023) em lempiras hondurensas, R\$983 (R\$281 e, 2023) em pesos mexicanos e R\$ 86 (R\$128 in 2023) em pesos colombianos. Um aumento ou diminuição de 10% na taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos para as moedas listadas acima poderia ter aumentado ou diminuído o resultado da Companhia para o ano em R\$12.589 (US\$2,033).

c) Risco de juros

A política da Companhia é minimizar as exposições ao risco de fluxo de caixa de taxa de juros em financiamentos de longo prazo. Portanto, os empréstimos de longo prazo geralmente são feitos a taxas pré-fixadas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está exposta a variações nas taxas de juros de mercado por meio de um empréstimo bancário com taxa de juros SOFR em sua subsidiária Aranzazu. Todos os outros empréstimos estão a taxas de juros fixas ou estão vinculados a um instrumento de swap, minimizando o risco de exposição à taxa de juros. A Companhia concluiu que sua exposição a taxas de juros é imaterial.

d) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra uma obrigação com a Companhia. A Companhia está exposta ao risco de crédito de ativos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa mantidos em bancos, contas a receber e outros recebíveis. O risco de crédito é gerido com base nas políticas e procedimentos de gestão de risco de crédito da Companhia.

O risco de crédito em relação aos saldos de caixa mantidos em bancos e aos depósitos bancários é gerido por meio da diversificação dos depósitos bancários, que são feitos apenas com instituições financeiras de grande reputação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia acredita que seu risco de crédito comercial é baixo pelos seguintes motivos:

- Para as vendas de ouro refinado das minas de Almas, Apoená e Minosa, a Companhia recebe os pagamentos antecipadamente, antes de entregar seus produtos aos clientes.
- Para a venda de concentrado de cobre e ouro da mina Aranzazu, a Companhia vende seus produtos para uma subsidiária integral do Trafigura Group Pte. Ltd, uma empresa com classificação de grau investimento. As contas a receber geralmente são cobradas em até 15 dias após a emissão da fatura.

e) **Risco de mercado**

Transações de Derivativos de Commodities – Gold Collars

Conforme mencionado na Nota 27, a Companhia utiliza os *gold collars* (opções de venda e compra de ouro) para mitigar o risco de queda nos preços do ouro para uma parte de sua produção futura projetada associada à construção de novos projetos.

Para calcular o aumento/diminuição esperado nos saldos de mercado de possíveis aumentos ou diminuições nos preços do ouro, a Companhia usou uma variação de 10% a mais ou a menos nos preços do ouro em relação aos preços de fechamento de 31 de dezembro de 2024.

Passivo Mensurado a Valor Justo

Conforme mencionado na Nota 15, a Companhia celebrou um acordo de Royalty (Net Smelter Return - NSR) que contém mais de um derivativo embutido, sendo contabilizado a valor justo através do resultado, e está exposto aos preços do ouro, que podem afetar seus fluxos de caixa futuros.

Empréstimo Vinculado ao Ouro

Conforme mencionado na Nota 14, a Borborema Inc. celebrou um Empréstimo Vinculado ao Ouro com derivativos embutidos mensurados a valor justo através do resultado, que possui pagamentos trimestrais em onças de ouro, sendo também exposto aos preços do ouro, o que pode afetar seus fluxos de caixa futuros.

Para simular o cenário razoável e refletir os efeitos potenciais sobre as demonstrações financeiras de transações em aberto, a Companhia utilizou uma variação de 10% nos preços de fechamento e futuros do ouro. A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos é apresentada a seguir:

Instrumento	Principais riscos	Cenário razoável	Impacto em R\$
Transações de Derivativos de Commodities – Gold Collars	Aumento/redução do preço do ouro	Δ 10%	407.707
Passivo Mensurado a Valor Justo	Aumento/redução do preço do ouro	Δ 10%	10.991
Empréstimo Vinculado ao Ouro	Aumento/redução do preço do ouro	Δ 10%	2.607

29 GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Os objetivos da Aura na gestão de capital são garantir que haja liquidez suficiente para desenvolver e operar seus projetos atuais e buscar iniciativas de crescimento estratégico, garantir o cumprimento dos requisitos de capital impostos externamente relacionados a quaisquer obrigações de dívida, e proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para outros stakeholders. Ao avaliar a estrutura de capital da Companhia, a administração inclui na avaliação os componentes do patrimônio líquido dos acionistas e a dívida de longo prazo. A Companhia gerencia sua estrutura de capital considerando mudanças nas condições econômicas, as características de risco dos ativos subjacentes e os requisitos de liquidez da Companhia. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ser obrigada a emitir ações ordinárias ou dívidas, pagar dívidas existentes, adquirir ou vender ativos, ou ajustar os montantes de certos investimentos.

Para facilitar a gestão do capital, a Companhia prepara orçamentos anuais que são atualizados periodicamente, caso mudanças significativas no negócio da Companhia sejam consideradas. O Conselho de Administração da Companhia revisa e aprova todos os orçamentos operacionais e de capital, assim como a celebração de qualquer obrigação de dívida significativa e quaisquer transações materiais fora do curso normal dos negócios, incluindo disposições, aquisições e outros investimentos ou desinvestimentos. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas ou emitir novas ações para reduzir a dívida.

Em 7 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Aura declarou e aprovou o pagamento de dividendos de US\$0,14 por ação ordinária, totalizando US\$10.102 (R\$48.684). O dividendo foi pago em 28 de junho de 2023.

Em 29 de novembro de 2023, a Aura anunciou que o Conselho de Administração da Companhia declarou e aprovou o pagamento de um dividendo de US\$0,25 por ação ordinária, totalizando aproximadamente US\$18.059 (R\$112.429). O dividendo foi referente ao período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2023 e foi pago aos acionistas em 19 de dezembro de 2023.

Em 7 de junho de 2024, o Conselho de Administração da Aura declarou e aprovou o pagamento de dividendos de US\$0,35 por ação ordinária, totalizando US\$25,3 milhões (R\$140,8). O dividendo foi pago em 28 de junho de 2024.

Em 4 de novembro de 2024, a Aura aprovou uma alteração em sua política de dividendos, com a intenção de declarar e pagar dividendos trimestralmente. Sob a política de dividendos, a Companhia determinará dividendos em dinheiro trimestrais em um valor agregado equivalente a 20% do seu EBITDA ajustado reportado para os três meses relevantes, menos os gastos de capital sustentáveis e os gastos com exploração para o mesmo período.

Na mesma data, o Conselho declarou e aprovou o pagamento de um dividendo de US\$ 0,24 por ação ordinária, totalizando aproximadamente US\$ 17,4 milhões (R\$123,5). O dividendo foi pago em 2 de dezembro de 2024.

30 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração ao Pessoal-Chave da Administração

A remuneração total paga ao pessoal-chave da Administração, remuneração dos diretores e outros executivos-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de R\$14.985 e R\$26.128 respectivamente.

Honorários de diretoria

A administração emitiu 189.795 unidades de ações diferidas (DSUs) para certos diretores e ex-diretores da Companhia em 2016. As DSUs são reconhecidas pelo valor justo das ações da Companhia, com base nas disposições dos contratos, e serão liquidadas em dinheiro. O saldo dos DSUs em 31 de dezembro de 2024 é de US\$408 (R\$1.975) (US\$ 32 (R\$166) em 31 de dezembro de 2023) e está incluído em outras contas a pagar.

Pagamento dos royalties Irajá

Como parte da transação EPP com a Yamana Gold Inc. ("Yamana"), Mineração Apoená S.A. ("Apoena") assinou um contrato de royalties (o "Contrato de Royalties EPP"), datado de 21 de junho de 2016, com Serra da Borda Mineração e Metalurgia S.A. ("SBMM"), controlada integral da Yamana. A partir de 21 de junho de 2016, Apoená deveria pagar para a SBMM royalties (os "Royalties") iguais a 2,0% da receita líquida da fundição de todo o ouro extraído ou beneficiado pela Apoená (o "Metal"), vendido ou considerado como vendido pela ou para a Apoená a partir da referida data. A partir do momento em que a Apoená pagar Royalties sobre até 1.000.000 onças troy do metal, os Royalties devem, sem a exigência de qualquer ato ou formalidade adicional, ser reduzidos a 1,0% das receitas líquidas da fundição sobre todo o metal vendido ou considerado como vendido pela ou para a Apoená.

Em 27 de outubro de 2017, a SBMM firmou um acordo (o "Acordo de Troca de Royalty") com a Irajá Mineracao Ltda., uma empresa controlada pelo mesmo grupo controlador, e uma empresa terceirizada, para a troca do Royalty EPP pelo Royalty RDM (conforme definido no Acordo de Troca de Royalty), sem alteração nos termos de cálculo do royalty. A Aura incorrendo em despesas relacionadas a royalties de \$2.673 no ano findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.421: 2023).

Contrato de Royalties para Almas

A Companhia, por meio de suas subsidiárias integrais Almas, mantém um acordo de royalty com a Irajá Mineração Ltda., uma Companhia controlada pelo mesmo grupo controlador da Aura, pelo qual a subsidiária paga 1,2% da receita líquida de transporte e fundição (Net Smelter Returns) sobre todo o ouro extraído ou vendido. A Aura incorreu em despesas relacionadas a esses royalties no valor de \$2.640 (R\$ 14.235) no ano findo em 31 de dezembro de 2024.

Contrato de Royalties para Matupá

A Companhia, por meio de sua subsidiária integral Matupá, mantém um acordo de royalty com a Irajá Mineração Ltda. e a Mineração Santa Elina Ind. e Com. S.A., empresas controladas pelo mesmo grupo controlador da Aura, pelo qual a subsidiária pagará 1,2% da Receita Líquida de transporte e Fundição (Net Smelter Returns) sobre todo o ouro extraído ou vendido, a partir do momento em que for declarada a produção comercial. A subsidiária atualmente está em cuidados e manutenção.

Dividendos a pagar à Northwestern

A Northwestern, uma empresa de propriedade beneficiária controlada pelo Presidente do Conselho, é a acionista majoritária da Aura, com aproximadamente 54,8% de participação em 31 de dezembro de 2024 (53,3% em 31 de dezembro de 2023).

Em junho e dezembro de 2023, a Companhia pagou dividendos de US\$ 10,2 milhões (R\$ 49,4) e US\$ 18,0 milhões (R\$87,1), respectivamente, dos quais a quantia devida à Northwestern foi de cerca de US\$ 5,5 milhões (R\$26,6) e US\$ 9,9 milhões (R\$47,9), respectivamente.

Em junho e dezembro de 2024, a Companhia pagou dividendos de US\$ 25,3 milhões (R\$ 156,7) e US\$ 17,4 milhões (R\$ 107,7), respectivamente, dos quais a quantia devida à Northwestern foi de cerca de US\$ 13,8 milhões e US\$ 9,5 milhões, respectivamente.

Reembolso à Companhia por impostos retidos na fonte

Em março de 2021, certos executivos-chave da Companhia exerceram suas opções de ações em troca de ações da Companhia. Embora os executivos tenham recebido ações da Companhia em vez de um pagamento em dinheiro no momento do exercício, a Companhia, conforme a regulamentação fiscal local, teve a obrigação de reter imediatamente os impostos de retenção calculados sobre o ganho esperado no momento do exercício, a favor das autoridades fiscais locais. O Conselho de Administração da Companhia autorizou que tais funcionários reembolsassem a Companhia por esses impostos de retenção em um período máximo de 18 meses (prorrogado até setembro de 2025), com uma taxa de juros igual ou superior à das Taxas Federais Aplicáveis (“AFR”) do mês em que o imposto foi retido. O saldo devedor é garantido por ações da Companhia de propriedade desses executivos em uma proporção de 150% do saldo devedor, e a Companhia tem o direito de exigir ações adicionais como garantia no caso de redução do preço de mercado das ações. Além disso, o recebível se torna imediatamente exigível pelos funcionários no caso de rescisão do contrato de trabalho. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total a ser recebido pela Companhia era de US\$ 3,129 milhões (R\$19.765), (US\$ 3,129 milhões (R\$15.453) em 31 de dezembro de 2023).

31 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis foram identificados como a Mina Minosa, a Mina Apoená, a Mina Aranzazu, Corporativo, a Mina Almas e Projetos. A Companhia gerencia seus negócios, incluindo a alocação de recursos e a avaliação de desempenho, com base em um projeto por vez, exceto nos casos em que os projetos da Companhia estão substancialmente conectados e compartilham recursos e funções administrativas. Os segmentos apresentados refletem a forma como a gestão da Companhia analisa o desempenho de seus negócios. Os segmentos operacionais são relatados de maneira consistente com os relatórios internos fornecidos à alta administração, que atua como os principais tomadores de decisão operacionais. A alta administração é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Para os anos findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as informações segmentadas são as seguintes:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Mina de Minosa *	Mina de Apoena *	Mina de Aranzazu	Mina de Almas	Projetos (1)	Corporate	Total
Vendas a clientes externos	963.310	486.421	1.064.006	707.974	-	-	3.221.711
Custo de produção	(480.198)	(253.396)	(507.827)	(276.311)	-	-	(1.517.732)
Depreciação, amortização e exaustão	(31.454)	(85.375)	(137.898)	(77.012)	-	-	(331.739)
Lucro bruto	451.658	147.650	418.281	354.651	-	-	1.372.240
Despesas gerais e administrativas	(23.482)	(24.415)	(39.728)	(14.590)	(7.371)	(70.575)	(180.161)
Gastos com Exploração	(6.289)	(1.992)	(24.911)	(6.619)	(36.865)	-	(76.676)
Mudança de estimativa em provisão para fechamento e restauração de minas	-	7.763	-	-	-	-	7.763
Lucro operacional	421.887	129.006	353.642	333.442	(44.236)	(70.575)	1.123.166
(Despesas)/receitas financeiras	(26.963)	(51.060)	(9.361)	(5.838)	(72.542)	(522.609)	(688.373)
Juros de empréstimos e debentures	(11.278)	(30.012)	(12.767)	(62.752)	(3.541)	-	(120.350)
Outras despesas	(10.627)	1.730	(9.924)	457	(64)	11.663	(6.765)
Resultado antes do imposto de renda	373.019	49.664	321.590	265.309	(120.383)	(581.521)	307.678
Impostos de renda corrente	(103.822)	(10.147)	(81.665)	(75.483)	-	(16.520)	(287.637)
Impostos de renda diferido	(4.317)	(12.833)	(88.670)	(56.651)	(6.537)	-	(169.008)
Lucro líquido do exercício	264.880	26.684	151.255	133.175	(126.920)	(598.041)	(148.967)
Imobilizado	387.427	388.746	789.574	899.716	1.271.211	45.484	3.782.158
Total do ativo	561.146	1.175.113	2.145.000	1.866.687	1.129.977	(188.617)	6.689.306
Total do passivo	588.120	866.123	633.875	1.439.635	997.171	783.778	5.308.702
Investimento em CAPEX	54.444	29.655	156.457	74.177	642.719	17.640	975.092

* O nome do segmento “Mina de Minosa” era antes denominada “San Andres”

* O nome do segmento “Mina de Apoena” era antes denominada “EPP”

(1) Os Projetos Borborema, Matupá e Tolda Fria não são projetos operacionais e não estão gerando receitas. A Companhia cuida da manutenção dos ativo que estão como cuidado e manutenção (“care and maintenance”).

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Mina de Minosa *	Mina de Apoena *	Mina de Aranzazu	Mina de Almas	Projetos (1)	Corporate	Total
Vendas a clientes externos	608.421	419.625	883.978	168.513	-	-	2.080.537
Custo de produção	(413.523)	(258.396)	(435.061)	(109.066)	-	-	(1.216.046)
Depreciação, amortização e exaustão	(26.629)	(87.862)	(101.933)	(17.503)	-	-	(233.927)
Lucro bruto	168.269	73.367	346.984	41.944	-	-	630.564
Despesas gerais e administrativas	(22.660)	(24.146)	(19.210)	(10.419)	(7.084)	(52.499)	(136.018)
Gastos com exploração	(1.464)	(1.212)	(34.665)	-	(21.548)	-	(58.889)
Lucro operacional	144.145	48.009	293.109	31.525	(28.632)	(52.499)	435.657
(Despesas)/receitas financeiras	(22.977)	(46.043)	(4.089)	(1.449)	4.933	(113.155)	(182.780)
Juros de empréstimos	(10.519)	(23.582)	(14.310)	(13.953)	-	-	(62.314)
Outras despesas	(5.192)	(120)	(4.714)	(7.939)	(569)	21.340	2.806
Resultado antes do imposto de renda	105.457	(21.736)	269.996	8.184	(24.268)	(144.314)	193.319
Impostos de renda corrente	(34.905)	(3.670)	(52.872)	(2.535)	-	-	(93.982)
Impostos de renda diferido	4.826	5.131	(1.239)	48.410	5.415	-	62.543
Lucro líquido do exercício	75.378	(20.275)	215.885	54.059	(18.853)	(144.314)	161.880
Imobilizado	268.024	402.288	587.952	703.518	383.058	21.263	2.366.103
Total do ativo	285.177	903.082	1.386.277	761.933	1.203.659	(67.619)	4.472.509
Total do passivo	391.671	766.809	342.987	528.012	701.601	217.379	2.948.458
Investimento em CAPEX	9.832	96.752	142.801	235.960	44.763	6.844	536.952

* O nome do segmento “Mina de Minosa” era antes denominada “San Andres”

* O nome do segmento “Mina de Apoena” era antes denominada “EPP”

(1) Os Projetos Borborema, Matupá e Tolda Fria não são projetos operacionais e não estão gerando receitas. A Companhia cuida da manutenção dos ativo que estão como cuidado e manutenção (“care and maintenance”).

32 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

a) Compromissos operacionais

A Companhia tem os seguintes compromissos de pagamentos mínimos futuros sob contratos de arrendamento operacional:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	64.604	65.519
2 a 4 anos	89.442	151.352
Total	154.046	216.871

b) Contingências

Certas condições podem existir na data destas demonstrações financeiras que podem resultar em uma perda para a Companhia no futuro, quando determinados eventos ocorrerem ou não ocorrerem. A Companhia avalia, a cada data de relatório, suas contingências de perda relacionadas aos processos legais em andamento, avaliando a probabilidade de tais processos, bem como os valores reivindicados ou que se espera serem reivindicados. Incluída nas outras provisões em 31 de dezembro de 2024, está uma provisão de R\$20.336 (R\$4.161 em dezembro 2023) para contingências de perdas relacionadas a processos legais em andamento.

c) Compromissos de Capital

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui acordos pendentes de despesas de capital com certos fornecedores no valor de aproximadamente R\$336.112 relacionados à construção do projeto Borborema.

33 LUCRO POR AÇÃO

O Lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O lucro diluído por ação é calculado usando o “método se convertido” na avaliação do impacto da diluição de instrumentos conversíveis até o vencimento. O método se convertido assume que todos os instrumentos conversíveis até o vencimento foram convertidos para determinar o lucro totalmente diluído por ação se eles estiverem dentro do dinheiro, exceto quando tal conversão for anti-dilutiva. No caso de consolidação ou divisão de ações, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é ajustado retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

A tabela a seguir resume a atividade para o exercício findo em 31 de dezembro:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do exercício	(148.967)	161.880
Média ponderada das ações ordinárias em circulação – Básico	72.204.049	72.128.723
Média ponderada das ações ordinárias em circulação – Diluído	72.204.049	72.605.064
Lucro por ação – Básico	(2,06)	2,24
Lucro por ação – Diluído	(2,06)	2,23

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição da Bluestone Resources

Em 13 de janeiro de 2025, a Aura concluiu a aquisição previamente anunciada da Bluestone Resources Inc. (“Bluestone”). A Aura pagou aproximadamente C\$26.255 (\$18.247) a vista, C\$0,287 (\$0,199) por cada ação da Bluestone detida, e emitiu 1.007.186 ações da Aura, 0,0183 ações ordinárias da Aura para cada ação da Bluestone detida. Os acionistas da Bluestone também receberam uma contraprestação contingente na forma de direitos de valor contingente, proporcionando ao titular o potencial de receber um pagamento em dinheiro de até um valor total de C\$0,212 (\$0,147) por cada ação da Bluestone, a ser pago em três parcelas anuais iguais, condicionado ao projeto de ouro Cerro Blanco alcançar a produção comercial.

A Companhia avaliou se o conjunto de ativos e atividades adquiridos se qualifica como um negócio e concluiu preliminarmente, com o teste de concentração de 98,8%, que aquisição da Bluestone atende aos requisitos para ser contabilizada como uma aquisição de ativos. As aquisições de ativos são contabilizadas utilizando remensurando a participação societária anteriormente detida para o valor justo na data em que a Companhia obtém o controle e reconhece qualquer ganho ou perda resultante no resultado do exercício ou OCI, conforme apropriado.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Aura Minerals Inc.

Ilhas Britânicas Virgens

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas Aura Minerals Inc. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aura Minerals Inc. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisão para fechamento e restauração de minas (subsidiárias Minerales de Occidente SA de CV e Mineração Apoena S.A.)

Veja Nota Explicativa nº 3 (o), 4 e 17 às demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme discutido nas Notas Explicativas nº 4 e 17 das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2024 provisão para fechamento e restauração de minas no valor total de R\$313.163 mil que está relacionado aos custos de fechamento e restauração ambiental. A provisão é baseada em estimativas preparadas por especialistas ambientais da administração nas jurisdições as quais operam cada mina. A auditoria da contabilização da provisão para fechamento e restauração de minas preparada pela Administração envolve julgamentos críticos por conta da complexidade inerente na estimativa dos valores dos custos futuros a incorrer com a recuperação das áreas degradadas e para o fechamento das minas, bem como na determinação da taxa de desconto apropriada para descontar esses fluxos de pagamentos a valor presente. Consideramos esse assunto como relevante para as entidades Minerales de Occidente SA de CV (Honduras) e Mineração Apoena S.A. (Brasil). Dada a complexidade dos julgamentos e o alto grau de subjetividade relacionado a premissas usadas nas projeções para estimar o passivo, que, se alteradas, podem resultar em erro material nas demonstrações financeiras consolidadas, e por isso consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos especialistas responsáveis por executar os cálculos dos custos estimados a incorrer no fechamento das minas; - Inspecionamos os estudos mais recentes de fechamento e restauração de minas e demais materiais técnicos elaborados, incluindo as premissas relativas à vida útil das minas; - Avaliamos mudanças significativas em relação às estimativas de custos anteriores e, em uma base amostral, comparamos a natureza e a valores dos custos contidos nas estimativas de custos da Companhia; - Com o auxílio de especialistas de <i>Corporate Finance</i> na avaliação da estimativa da provisão para fechamento e restauração de minas, especialmente na revisão da taxa de desconto utilizada para descontar esses fluxos de pagamentos a valor presente. Durante a auditoria, identificamos ajustes que afetaram a mensuração do passivo referente a fechamento e restauração de minas, que foram ajustados pela Administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos resumidos acima, consideramos aceitável o montante de provisão para fechamento e restauração de minas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros - *Net Smelter Return Royalty Agreement* (subsidiária Borborema Inc)

Veja Nota Explicativa nº 4, 15 e 27.b às demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 15 e 27.b das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2024 passivo mensurado a valor justo referente a contrato de royalty baseado na produção mineral da Borborema Inc. no valor total de R\$109.907 mil. O principal tipo de royalty é o retorno líquido sobre a fundição (NSR), que é contabilizado ao seu valor justo por meio do resultado. A Companhia determina o montante das mudanças no valor justo atribuíveis ao risco de crédito determinando primeiramente as mudanças ocorridas em condições de mercado que dão origem ao risco de mercado, e em seguida, deduzindo essas alterações do valor total do valor justo do acordo de royalty do ouro. A mensuração do valor justo desse instrumento financeiro é baseada na utilização da metodologia Monte Carlo que inclui subjetividade em seus elementos tais como a premissas de projeção da produção de ouro e a taxa de desconto no preparo do fluxo de caixa esperado. Devido à natureza, complexidade envolvida na metodologia de precificação e o alto grau de subjetividade relacionadas as premissas utilizadas nas projeção do fluxo, para estimar esse instrumento financeiro, que, se alteradas, podem resultar em erro material nas demonstrações financeiras consolidadas, e por isso consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: — Confrontamos a estimativa de produção de ouro utilizada na mensuração do NSR comparando com relatórios técnicos preparados pelos especialistas contratados pela Administração para elaborar estas estimativas. — Avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos especialistas responsáveis pela estimativa de reservas e produção de ouro da Companhia; — Com o auxílio de especialistas de instrumentos financeiros para avaliação da metodologia de precificação e premissas utilizadas na mensuração do valor justo desse instrumento financeiro, performando procedimentos tais como: o cálculo da taxa de desconto e da volatilidade; — Com o auxílio de especialistas de <i>Corporate Finance</i> na avaliação da taxa de desconto utilizada na projeção de receita; — Avaliamos as divulgações relacionadas a mensuração do valor justo do referido instrumento financeiro. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos resumidos acima, consideramos aceitável o montante do referido passivo mensurado a valor justo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

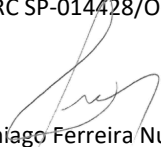
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0